

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma do IR encolhe arrecadação em R\$ 53,6 bilhões, aponta estudo 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pequenos negócios fecham antes de completar 5 meses 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lobista não aparece para depor, e comissão pede condução coercitiva 10

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado precisa barrar mudança no Imposto de Renda (Editorial) 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Declaração simplificada prevê IR maior para quem ganha mais de R\$ 10 mil 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estados e empresas reagem contra mudanças 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro leva briga com governadores ao STF e pede mudança no ICMS de combustível
..... 15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro revoga LSN, mas barra punição a fake news 17

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Reformas em andamento têm mais recuos que avanços (Editorial) 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo teme rejeição de indicado ao STF e paralisa no Congresso 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara corta taxaço de dividendos para 15%, e projeto do IR vai ao Senado 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tira subsídio de remédio contra câncer e Aids e mantém para avião 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nível de inflação atual do Brasil é constrangedor, afirma Honorato 27

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto pode emperrar no Senado e governo avalia melhor momento 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro, golpes e contragolpes	29
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Empresários e parlamentares discutem desoneração da folha	30
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Estados veem perda de R\$ 19 bi com reforma do IR	31
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Carga tributária e de encargos no setor elétrico cresce e atinge 49%	32
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA ECONOMIA	
Em defesa da democracia	33
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Indústria perde fôlego e recua 1,3% em julho	35
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado reage mal, e Bolsa cai 2,28%	38
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Recados de pacificação as vésperas de manifestações	39
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER ECONOMIA	
PIB indica cenário adverso para reeleição de Bolsonaro, avaliam líderes do centrão	42
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER ECONOMIA	
Aras defende análise caso a caso sobre marco temporal	44
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
A recuperação em "V" de vulnerável (Artigo)	46
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Empregos em conta-gotas (Editorial)	47
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Inflação altera o cardápio das famílias	49
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Produção industrial tem queda de 1,3% em julho, diz IBGE	52
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Bolsonaro perdeu a colher de chá do PIB - VERA MAGALHAES	54
O GLOBO - RJ - POLÍTICA ECONOMIA	
Instabilidade afasta grupo liberal de Bolsonaro	55

Sexta-Feira, 3 de Setembro de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa encerra com queda superior a 2%.....56

Reforma do IR encolhe arrecadação em R\$ 53,6 bilhões, aponta estudo



Pressa. O presidente da Câmara, Arthur Lira (na foto, falando na reunião de líderes), conduziu acordos e acelerou a votação

Adriana Fernandes, Camila Turtelli, Idiana Tomazelli

As mudanças introduzidas pela Câmara na reforma do Imposto de Renda custaram R\$ 53,6 bilhões. Essa é a perda de arrecadação entre o projeto original enviado pelo governo e o parecer do relator, Celso Sabino (PSDB-PA), aprovado na quarta-feira à noite numa votação atropelada e no afogadilho.

Como os deputados votaram sem que o parecer final com as mudanças tivesse sido protocolado, a votação está sendo chamada de "projeto secreto". Até a noite de ontem, depois da votação dos chamados destaques (sugestões de alteração), o texto final do projeto ainda não era conhecido.

Os cálculos foram feitos pelo economista Sergio Gobetti para o Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz). O projeto preparado pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, continha um aumento de arrecadação de aproximadamente R\$ 12 bilhões, enquanto o texto que saiu da Câmara tem um rombo líquido de R\$ 41,1 bilhões para União, Estados e municípios.

A conta já considera a votação das últimas mudanças feitas ontem, quando os deputados reduziram a alíquota da tributação sobre lucros e dividendos, de 20% para 15%, num script que já estava acordado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), antes da votação do texto principal (leia mais abaixo).

A perda de receita para os cofres dos governos regionais foi estimada em R\$ 19,3 bilhões - R\$ 9,9 bilhões para governadores e R\$ 9,3 bilhões para prefeitos. A eventual perda de arrecadação assustou ontem o mercado financeiro, que reagiu

negativamente à votação - as ações dos bancos caíram e o Ibovespa, o principal índice da Bolsa de São Paulo, caiu 2,3%. O projeto de Orçamento de 2022, já apertado por conta dos precatórios (dívidas que a União precisa quitar depois de sentenças finais da Justiça), foi feito levando-se em conta um impacto neutro da reforma, ou seja, sem perdas nem ganhos de arrecadação.

A confusão em torno do projeto é tamanha que o comando da própria **Receita Federal** informou ao Comsefaz que a queda da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), incluída no parecer aprovado, foi de 0,5 ponto porcentual, e não de 1 ponto porcentual, como fora divulgado aos deputados na hora da votação. A informação foi corrigida mais tarde pelo Fisco ao confirmar a redução de 9% para 8%, mas ainda dependente de revogação de subsídios.

"Diante do que foi aprovado, os Estados serão oposição e vão lutar para o Senado mudar", disse o diretor institucional do Comsefaz, André Horta. Ao Estadão, Sabino criticou os dados do Comsefaz e informou que outros pontos não foram considerados.

"É planilha toda doida.

Uma estagiária faria melhor", atacou. A reportagem do Estadão pediu o texto final do projeto aprovado, e o relator informou que seria publicado no Diário Oficial hoje.

O rolo compressor de Lira na votação recebeu críticas de vários setores e pode levar a questionamentos legais do rito de votação.

"O texto foi votado sem ter sido apresentado. Podemos dizer sem exagero que foi votado um projeto secreto", disse o tributarista Luiz Bichara. Ele pediu à sua equipe que refizesse o passo a passo da votação por ordem cronológica para mostrar a falta de transparência no processo.

A cronologia aponta, por exemplo, que às 19h40 de quarta-feira, já com o processo de votação aberto, a líder do Psol, Talíria Petrone (RJ), solicitou a Lira que fosse protocolado o substitutivo com prazo para análise - o que não foi feito.

Deputados reduzem para 15% taxaçoão de dividendos

Alteração do texto-base da reforma do IR passou por acordo entre os partidos do Centrão; oposição critica mudança

A Câmara concluiu a votação da reforma do Imposto de Renda para pessoas físicas, empresas e investimentos. Depois de contar com o apoio da oposição para avançar no texto na sessão de quarta-feira, partidos do Centrão emplacaram ontem uma mudança que reduziu a cobrança de IR sobre dividendos distribuídos por empresas.

Essa alíquota, que pelo projeto- base seria de 20%, foi reduzida para 15% após um acordo liderado por partidos do Centrão, que dão base de sustentação ao presidente Jair Bolsonaro.

Atualmente, esses rendimentos são isentos de IR.

Essa foi a única alteração aprovada pelos parlamentares durante a votação dos chamados destaques. Outros 13 foram rejeitados. Houve ainda pedidos que acabaram sendo retirados ao longo do processo de votação, que durou pouco mais de três horas e meia - novamente, sob um ritmo acelerado imposto pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL).

Para valer, o texto ainda precisa ser validado pelo Senado Empresas do Simples e as que declaram pelo regime do lucro presumido (muito usado por profissionais liberais) com faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano permanecem isentas.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (Progressistas- PR), chegou a recomendar a rejeição do destaque, mas fez questão de ressaltar que, se fosse aprovado, não haveria resistências.

"O governo assegura que não haverá veto nessa matéria de dividendos", disse ele.

Embora tenha participado do acordo que permitiu o avanço da reforma do IR, a oposição se colocou contrária à mudança na alíquota para dividendos.

"Temos de tributar o capital igual ao salário do trabalhador", defendeu o vice-líder do PT, Afonso Florence (BA). Fontes ouvidas pela reportagem, porém, afirmaram que a oposição, mesmo de fora, sabia do combinado.

Lira reconheceu que a oposição não fazia parte desse acerto em particular. "O acordo é do lado de cá", disse.

Prova de um acordo prévio, a mudança na tributação de lucros e dividendos já fazia parte da tabela de

previsão de perdas e ganhos que o relator da reforma, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), encaminhou a Estados e municípios.

Na tabela, à qual o Estadão/ Broadcast, teve acesso, Sabino prevê uma arrecadação de R\$ 11 bilhões, em 2022, e de R\$ 33,36 bilhões em 2023 com a mudança da alíquota. Previsões anteriores, com uma alíquota de 20%, mostravam uma alta de arrecadação de R\$ 12,5 bilhões, em 2022, e de R\$ 41,15 bilhões em 2023.

Compensação. Para compensar a alíquota mais baixa, o relator reduziu o ritmo de queda do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que cairá sete pontos percentuais, de 25% para 18%. A queda de um ponto da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) foi aprovada, mas está condicionada ao fim de incentivos fiscais de PIS/Cofins.

Entre os destaques rejeitados, estava um que buscava mudar a tabela do IR para ampliar a faixa de isenção e criar novas alíquotas, de 30% a 37,5%. Hoje, a taxa máxima no IRPF é de 27,5%.

Com a derrubada dessa proposta, foi chancelada a do governo, que eleva a faixa de isenção de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil. Antes de encerrar a votação, Lira parabenizou Sabino pelo trabalho na relatoria da reforma, que teve três tentativas de votação fracassadas devido à falta de consenso.

Receita

R\$ 11 bi é a previsão de arrecadação em 2022 com a taxa de lucros e dividendos distribuídos por empresas, de acordo com previsão feita pelo relator da reforma do Imposto de Renda.

QUEM GANHA E QUEM PERDE

RENDA DO TRABALHO - DESCONTO Todos os contribuintes serão beneficiados em alguma medida pela correção na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Por exemplo: quem ganha R\$ 3 mil paga hoje R\$ 95,20 de imposto por ano. Com a reforma, poderá desembolsar R\$ 37,50.

- **DEDUÇÃO SIMPLIFICADA** Quem ganha até R\$ 52.818 anuais não será afetado, pois poderá abater de forma simplificada 20% de sua renda, até o teto R\$ 10.563,60.

Para quem tem renda acima disso, pode haver alguma perda pelo teto menor do desconto simplificado (antes era R\$ 16.754,34).

RENDA DO CAPITAL - SIMPLES NACIONAL Não

houve mudança.

- LUCRO PRESUMIDO Empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões ganham, pois hoje são tributadas em cerca de 12%. Como a reforma reduz as alíquotas de IRPJ e CSLL, mas mantém a isenção para os dividendos distribuídos, a alíquota efetiva passa a cerca de 8% para prestadores de serviço. A diferença de tributação dessas empresas para um empregado na CLT vai se ampliar ainda mais.

- LUCRO REAL O efeito final da reforma dependerá dos benefícios tributários recebidos e do uso ou não do Juro sobre Capital Próprio (JCP) para remunerar acionistas e do tamanho da fatia dos dividendos. No caso de uma empresa sem JCP e sem outras deduções, a alíquota hoje de 34% em IRPJ e CSLL cairá para 26%. Assim, a cada R\$ 100, R\$ 26 serão recolhidos em **tributos**, e outros R\$ 74 ficarão com a empresa. Se a companhia distribuir na íntegra os dividendos, a carga tributária acabará aumentando, pois haverá cobrança de alíquota de 15% na pessoa física sobre os R\$ 74.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pequenos negócios fecham antes de completar 5 meses



Negócios dos microempreendedores individuais foram responsáveis por 89% do total das baixas

Ana Laura Queiroz

Sob os duros efeitos da pandemia de COVID-19, além da falta de planejamento, um em cada 10 pequenos negócios abertos em Minas Gerais entre abril do ano passado e junho último fechou as portas antes de completar cinco meses em atividade. O ritmo de fechamento alcançou 9,5% no período impactado pela crise sanitária e prejudicou mais os microempreendedores individuais (MEIs), segundo estudo do Sebrae Minas feito com base em dados da **Receita Federal**.

O estudo evidencia que para cada pequeno negócio encerrado no estado, outros 2,9 foram abertos. Ao todo, foram criados 477.344 negócios e 163.429 deixaram de funcionar, considerando-se MEIs, microempresas e empresas de pequeno porte. Desse universo de baixa, 41.400 deixaram de funcionar antes de completar cinco meses. Quanto aos MEI formalizados desde abril de 2020 e que deixaram de atuar até junho passado, o segmento respondeu por 89% do total de baixas. Felipe Brandão, gerente da Unidade de Inteligência Empresarial do Sebrae Minas, explica que o cenário "sugere o aumento do empreendedorismo por necessidade, sem planejamento, e com caráter temporário".

O crescimento das taxas de encerramento de atividades, ou taxa de mortalidade empresarial, também foi sentido entre as microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP). De acordo com o Sebrae, no período da pandemia, 5,4% das microempresas fecharam as portas, enquanto 3,3% daquelas de pequeno porte não permaneceram abertas.

"Embora menores, essas taxas também pedem atenção, ainda mais considerando o curto tempo em que essas empresas se mantiveram ativas, pouco mais de quatro meses", reforça o gerente do Sebrae Minas.

A sobrevivência das micro e pequenas empresas está atrelada a outros fatores, além do ambiente de negócios. Esse fenômeno envolve também a carga tributária, acesso a crédito e burocracia, como explica Felipe Brandão. "A falta de preparo do empreendedor, de planejamento, orientação e conhecimento sobre o mercado e o negócio, tudo isso somado à urgência em empreender leva ao encerramento precoce de empresas, trazendo diversos custos ao desenvolvimento econômico", destaca.

São classificadas como microempresas aqueles empreendimentos com faturamento de até R\$ 360 mil por ano; e como empresas de pequeno porte, aquelas com limite de faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano. No primeiro semestre deste ano, a taxa de mortalidade de pequenos negócios aumentou cerca de 20% em relação ao mesmo período de 2020.

De janeiro a junho último, essa taxa representou aproximadamente 76 mil negócios. Para o gerente do Sebrae Minas, o fato indica uniformidade no impacto da crise. "Quando observamos o porte dos empreendimentos, 66% são MEI e os 34% restantes são micro ou pequenas empresas, uma distribuição bastante semelhante à proporção desses segmentos no universo de empresas", explica.

ROTATIVIDADE Os índices de rotatividade entre os microempreendedores individuais também subiram em decorrência da pandemia. O levantamento do Sebrae Minas mostra que para cada negócio mineiro encerrado, 2,9 foram abertos. Os MEIs também lideram nesse levantamento. Para cada atividade encerrada no segmento, outras 3,6 abriram as portas. Por outro lado, EPP e MEs representam os menores números, com 2,4 e 1,5 respectivamente.

Segundo Felipe Brandão, os dados são resultados da burocracia exigida. "A menor burocracia favorece a criação de novos MEIs, já que as empresas de pequeno porte e as microempresas exigem uma estruturação de capital e maior planejamento", analisa.

Estagiária sob supervisão da subeditora Marta Vieira

PERDA DE FÔLEGO

A indústria brasileira perdeu o fôlego e pode ser que não consiga se recuperar tão cedo, de acordo com analistas ouvidos pelo Correio Braziliense, dos Diários Associados. Dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelaram que o setor produtivo encolheu 1,3% em julho último, na série com ajuste sazonal. Apesar de a indústria ter acumulado alta de 11% medida neste ano, o dado negativo de julho coloca as fábricas em patamar 2,1% inferior ao do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020.

Bolsonaro diz que vai ao STF contra cálculo do ICMS

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou, ontem, que pretende acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para obrigar os estados a cobrarem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em valor fixo, sem percentual. Para isso, disse que apresentará Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. O presidente tem atribuído a culpa dos aumentos dos preços dos combustíveis aos estados, responsáveis pelo imposto, sem mencionar os fatores do câmbio e da política de paridade com o mercado internacional conduzida pela Petrobras, os quais interferem nos custos que os motoristas pagam nos postos.

Segundo Bolsonaro, a ação deve ser apresentada hoje. O presidente criticou todos os governadores brasileiros pela forma de cobrança do ICMS e disse que nos atuais moldes ela é uma maneira de os estados "ganharem mais dinheiro". "O Parlamento vai ter que decidir como fazer isso aí, determinar um prazo para os governadores fixarem o valor", acrescentou.

Nas contas de Bolsonaro, a gasolina poderia estar mais barata não fosse isso. "Gasolina é R\$2 (na refinaria). Vamos supor que o ICMS é 30%. Sobre R\$ 2, é R\$ 0,60 o litro. Mas não é verdade. É 30% em cima do valor final da bomba. Isso é uma maneira de os governadores ganharem mais dinheiro. Não tem exceção. Todos fazem exatamente a mesma coisa. Se a gasolina está na refinaria R\$ 2 na bomba está R\$ 6, ele pega R\$ 1,80 de ICMS, em média, onde deveria ser R\$ 0,60. O preço da gasolina poderia estar R\$ 1,20 mais barato do que está hoje" disse.

Bolsonaro também citou a bandeira vermelha vigente nas contas de luz dos brasileiros, em função da crise hídrica que o país vive atualmente. O presidente afirmou que governadores também cobram acima da alíquota do ICMS quando há um aumento na energia

elétrica.

"É igual a bandeira vermelha. Somos obrigados a colocar a bandeira vermelha energética, porque não tem mais água e temos que produzir a mesma quantidade de energia. Aí você vai e pega uma outra fonte, que é a termelétrica e que custa bem mais caro. Daí a cada 100 quilowatts/hora é R\$10a bandeira vermelha. O que os governadores fazem? Cobram ICMS um pouco acima de 30% da bandeira vermelha. O único estado que não faz isso é o de Mato Grosso do Sul", concluiu. A informação foi dada pelo presidente em live com apoiadores. Ele voltou a dizer que quer aprovar uma lei obrigando à descrição dos **impostos** cobrados nos combustíveis.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

POR DENTRO

Movimentação de pequenos negócios durante a pandemia

Negócio	Mortalidade (em %)	Meses de vida
» Microempreendedores individuais	9,5	4,6
» Microempresas	5,4	4,7
» Empresas de pequeno porte	3,3	5,2

Fonte: Sebrae Minas/Receita Federal

Lobista não aparece para depor, e comissão pede condução coercitiva

Renato Machado e Constança Rezende

Após o não comparecimento do lobista Marconny Albemaz de Faria, que prestaria depoimento nesta quinta-feira (2), a CPI da Covid aprovou requerimento para pedir ao STF (Supremo Tribunal Federal) a condução coercitiva e a apreensão do passaporte do depoente por um período de 30 dias.

Até a noite desta quinta, o lobista não havia sido encontrado nos seus endereços em Brasília. Os senadores da CPI definiram que vão requisitar nova condução coercitiva para um futuro depoimento, que deve acontecer apenas a partir do dia 14.

Inicialmente, a cúpula da comissão havia determinado para a polícia legislativa a 'condução sob vara' de Marconny. No entanto, após a reação de governistas, que apontaram que a ação configuraria abuso de poder, a cúpula decidiu recorrer ao STF, solicitando a condução coercitiva.

O vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), também havia levantado a hipótese de pedir a prisão preventiva do lobista, mas houve resistência entre os demais membros do colegiado.

Ao chegar para a sessão, Randolfe disse que a polícia legislativa já havia sido acionada para colocar em prática a condução sob vara de Marconny, instrumento jurídico semelhante à condução coercitiva, mas que é prerrogativa de uma CPI. Segundo o senador, não é necessária autorização judicial.

Marconny conta com um habeas corpus concedido pela ministra do STF Cármen Lúcia, que garantiu seu direito ao silêncio, mas não à ausência, durante o depoimento.

Randolfe também havia dito que encaminharia à CPI um pedido de requisição de prisão preventiva para a Justiça de primeira instância caso Marconny não fosse localizado. Também afirmou que vai pedir a notificação da Interpol, pois desconfia que o lobista possa ter deixado o país.

Marconny é apontado como lobista da Precisa Medicamentos e de outras empresas e aparece em diálogos tratando da venda de testes de Covid-19.

O advogado de Marconny, William de Araújo Falcomer, que também não foi localizado pela CPI, auxiliou na abertura do registro da empresa de Jair Renan Bolsonaro, a Bolsonaro Jr Eventos e Mídia, conforme revelou a Folha nesta quarta-feira (1º). A ajuda foi dada após Marconny solicitar ao advogado que recebesse o filho do presidente para que ele o auxiliasse.

As informações constam de conversas no WhatsApp obtidas pela Folha entre o lobista e Jair Renan, após quebra de sigilo de Marconny a pedido do Ministério Público Federal no Pará e de análise de documentos da **Receita Federal**.

Os diálogos foram enviados à CPI pela Procuradoria, depois que os investigadores do Pará, que apuravam a influência do lobista em uma indicação para órgão público, viram que Marconny havia sido citado nas negociações da Precisa Medicamentos.

O telefone registrado no cadastro da Receita como sendo da Bolsonaro Jr Eventos é o mesmo contato do escritório de William de Araújo Falcomer dos Santos. Na última terça-feira (31), a Folha ligou para o local, e a secretária confirmou que se tratava do escritório de William, mas o advogado estava em viagem.

Ele não respondeu os contatos feitos pela Folha por telefone, celular, emails e mensagens no WhatsApp, assim como Marconny e a Precisa também não se pronunciaram.

O vice-presidente da CPI disse ainda que não descarta a convocação de Jair Renan para explicar sua ligação com o lobista.

Antes do início da oitava de Francisco de Araújo Filho, os senadores realizaram uma sessão secreta para ouvir áudios de conversa envolvendo Marconny. O relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), chegou a veicular esses áudios durante a sessão aberta, mas foi alertado de que eles fazem parte de um inquérito sigiloso.

Marconny enviou um atestado médico que previa afastamento por até 20 dias para a CPI, alegando que estava com dores pélvicas. A cúpula da comissão desconfiou da versão e Randolfe depois informou que manteve contato com o médico, que levantou dúvidas sobre a real situação do paciente, e por isso o

depoimento foi confirmado para esta quinta.

"O médico que concedeu o atestado do senhor Marconny Faria entrou em contato conosco e disse que foi ele que concedeu o atestado, mas que notou uma simulação por parte do paciente e que deseja cancelar o mesmo. Com isso, amanhã receberemos o sr. Marconny na CPI da Covid", escreveu Randolfe em suas redes sociais.

A questão envolvendo o atestado teve novo desenrolar nesta quinta. Durante a sessão, Aziz leu um email encaminhado pelo médico Audrien Furlan de Lucca, no qual afirma que vai "cancelar" o documento.

"No conteúdo do atestado está claro que o motivo do repouso do paciente é apenas para fins laborais. E vou me comunicar com o jurídico do hospital para poder me orientar como cancelar o atestado sem ferir o Código de Ética Médica. Estou disponível para esclarecimentos", disse o médico na mensagem lida durante a sessão da CPI.

Senado precisa barrar mudança no Imposto de Renda (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Declaração simplificada prevê IR maior para quem ganha mais de R\$ 10 mil

CAROLINA NALIN, FERNANDA TRISOTTO E BRUNO GÓES

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Estados e empresas reagem contra mudanças

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186997?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186997?page=1§ion=1

Bolsonaro leva briga com governadores ao STF e pede mudança no ICMS de combustível

Ricardo Delia Coletta e Bernardo Caram *brasil*

Em mais um capítulo da briga com governadores, o presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira (2) que vai entrar com uma ação no STF para pedir mudança na forma como os estados cobram o ICMS de combustíveis e lubrificantes.

O mandatário culpa recorrentemente a cobrança do tributo estadual pela alta dos combustíveis, um dos pontos que têm gerado desgaste para seu governo.

"Dizer a vocês que entraremos amanhã com uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão [no STF] levando-se em conta a emenda constitucional 33 de 2001. O que é isso aí? Trata da cobrança de ICMS dos combustíveis", disse Bolsonaro, durante sua live semanal. A ação deve ser movida pela AGU (Advocacia-Geral da União).

De acordo com interlocutores, o governo deve alegar que a falta de regulamentação de uma emenda constitucional de 2001 gera desequilíbrio no pacto federativo. Nesse sentido, a AGU deve pedir que o STF decida que o Congresso deve legislar sobre o tema, aprovando uma regulamentação com um valor uniformizado para o imposto.

Não é a primeira vez que o governo tenta modificar a forma como o ICMS dos combustíveis é coletado por estados.

Em fevereiro, ele apresentou projeto de lei ao Congresso no sentido de definir um valor fixo por litro, não mais sobre a média de preços das bombas. Mas a proposta não avançou.

"O objetivo da medida é estabelecer, em todo o país, uma alíquota uniforme e específica, segundo a unidade de medida adotada na operação (litro ou quilo). Com isso, o ICMS não irá variar mais em razão do preço do combustível ou das mudanças do câmbio", informou o Planalto à época.

Há meses Bolsonaro responsabiliza governadores pelo aumento de preço nas bombas. Em fevereiro de 2020, ele criticou os estados falando que o valor do

tributo prejudicava o consumidor e que uma possível medida seria uma lei complementar para o ICMS passar a ser um valor fixo por litro, não mais aplicado à média de preços nas bombas.

Na live desta quinta, Bolsonaro afirmou que foi "obrigado a recorrer ao STF".

"E o STF... a ação tá bem clara, eu não sou constitucionista não, tá bem clara. A emenda constitucional 33 de 2001 é bastante clara, dizendo que o valor do ICMS tem que ser um valor nominal fixo. E daí o Parlamento vai decidir como fazer isso daí. Se vai determinar, dar um prazo para os governadores fixarem esse valor!"

Ajuda da Eletrobras trará alívio de 3% na conta, diz consultoria

Douglas Gavras

Os R\$5 bilhões que a Eletrobras deve antecipar no ano que vem à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), para ajudar a aliviar a pressão da alta da energia elétrica, vão levar a uma redução média de menos de 3% nos reajustes das tarifas para os consumidores residenciais.

O cálculo é da TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia. O movimento tem o objetivo de reduzir o impacto da alta nas contas de luz em ano eleitoral, após outra rodada de medidas que visam afastar os riscos de racionamento. Diante do cenário de aumento nos custos de energia, que deve continuar no próximo ano, o Ministério de Minas e Energia informou sobre o aporte da Eletrobras em nota na terça-feira (31).

A parcela integra os R\$ 29,8 bilhões que deverão ser destinados à CDE, conforme previsto nas regras de privatização da Eletrobras, visando a chamada modicidade tarifária, por um período de 25 anos.

Os pagamentos deverão ser feitos de forma escalonada ao longo do tempo.

PRESIDENTE VETA SUSPENSÃO DE PROVA DE

VIDA DO INSS ATÉ 31 DE DEZEMBRO

O presidente Jair Bolsonaro vetou nesta quinta-feira (2) dispositivo aprovado pelo Congresso para suspender a exigência de prova de vida para os beneficiários do INSS até 31 de dezembro deste ano devido à pandemia. A medida fazia parte de um projeto agora sancionado parcialmente pelo presidente. O trecho que recebeu aval de Bolsonaro, por outro lado, aprimora os mecanismos para facilitar essa comprovação, como o uso de biometria pelos bancos

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

57

Bolsonaro revoga LSN, mas barra punição a fake news



Cristiane Norberto

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) preferiu não comprar briga com o Congresso e sancionou, com vetos, na noite de quarta-feira, a Lei 14.197/2021, que revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN). A legislação, que foi editada em 1983, ainda durante a ditadura militar, foi usada mais vezes para investigar opositores do presidente brasileiro. Foram 77 inquéritos abertos pela Polícia Federal (PF) com base na legislação entre 2019 e 2020 - aumento de 285% em relação aos governos anteriores. A decisão foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União (DOU). Um dos vetos principais é o de "comunicação enganosa em massa" ou fake news. O artigo poderia atingir aliados da base governista que estão sendo investigados no Supremo Tribunal Federal (STF). O texto sancionado por Bolsonaro foi aprovado pelo Senado em 10 de agosto. Três décadas decorreram entre a apresentação do projeto de lei de revogação, em 1991, e a aprovação pela Câmara dos Deputados, em maio deste ano.

Além de revogar a LSN, a proposta aprovada pelos parlamentares acrescenta artigos ao Código Penal para definir crimes contra o Estado democrático de direito. Na publicação feita ontem, quatro artigos foram vetados pelo presidente. Bolsonaro vetou integralmente o capítulo relativo aos crimes contra a cidadania e dois artigos do capítulo relativo a crimes contra o funcionamento das instituições democráticas no processo eleitoral. Com isso, foram vetados os dispositivos que criminalizam a comunicação enganosa em massa e o atentado ao direito de manifestação.

Também foi vetado o dispositivo que prevê ação penal privada subsidiária, "de iniciativa de partido político com representação no Congresso Nacional", nos

casos em que o Ministério Público não atuar no prazo estabelecido em lei, "oferecendo a denúncia ou ordenando o arquivamento do inquérito", para os crimes de interrupção do processo eleitoral, violência política e comunicação enganosa em massa. Assim como o dispositivo que prevê aumento de pena se os crimes listados pela legislação forem cometidos por funcionários públicos ou militares, ou ainda com "violência ou grave ameaça exercidas com emprego de arma de fogo".

JUSTIFICATIVAS O presidente é investigado no Supremo Tribunal Federal no chamado inquérito das fake news, que apura a divulgação de informações falsas. Para vetar o trecho que trata do tema, Bolsonaro justificou que o dispositivo contraria o interesse público "por não deixar claro qual conduta seria objeto da criminalização, se a conduta daquele que gerou a notícia ou daquele que a compartilhou (mesmo sem intenção de massificá-la), bem como enseja dúvida se o crime seria continuado ou permanente, ou mesmo se haveria um "tribunal da verdade" para definir o que viria a ser entendido por inverídico a ponto de constituir um crime punível" pelo Código Penal.

Além disso, segundo o governo, "a redação genérica tem o efeito de afastar o eleitor do debate político, o que reduziria a sua capacidade de definir as suas escolhas eleitorais, inibindo o debate de ideias, limitando a concorrência de opiniões, indo de encontro ao contexto do Estado democrático de direito, o que enfraqueceria o processo democrático e, em última análise, a própria atuação parlamentar."

Bolsonaro vetou também a parte que aumentava pela metade, com perda de patente ou graduação, a pena para militares que cometerem crimes contra o Estado de direito. "A despeito da boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que viola o princípio da proporcionalidade, colocando o militar em situação mais gravosa que a de outros agentes estatais, além de representar uma tentativa de impedir as manifestações de pensamento emanadas de grupos mais conservadores", diz na razão do veto encaminhada ao Congresso.

CONGRESSO Ao longo dos próximos 30 dias, o Congresso Nacional, em sessão conjunta da Câmara com o Senado, deve analisar os vetos do presidente,

podendo manter ou derrubar as negativas de Bolsonaro à nova lei. Ontem mesmo, parlamentares da oposição ao governo avaliaram que os vetos buscam sua "sobrevivência política" e anunciaram que vão se articular para derrubar os vetos. É preciso haver a maioria absoluta dos votos de deputados e senadores para uma rejeição. Se o veto não for apreciado em até 30 dias após seu recebimento, ele passa a trancar a pauta do Congresso. Durante a pandemia, no entanto, esse prazo tem sido relativizado.

O 1º vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), disse que o veto de Bolsonaro para não punir a promoção de fake news é um "compromisso com a mentira e um descompromisso com a democracia e os direitos humanos". No entanto, ele afirmou acreditar que o Congresso conseguirá reverter esse ponto. O líder da minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), também considera que o veto mais grave foi justamente esse que diz respeito à penalização de quem usar de fake news com fins eleitorais. Líder da oposição na Câmara, o deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ) questionou se a ação de Bolsonaro foi "confissão de culpa ou benefício em causa própria".

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Reformas em andamento têm mais recuos que avanços (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186997?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186997?page=1§ion=1

Governo teme rejeição de indicado ao STF e paralisa no Congresso



Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) recebe governadores Pedro Gontijo/Divulgação Senado

Julia Chaib, Thiago Resende, Renato Machado, Washington Luiz

A entrada de Ciro Nogueira na Casa Civil não foi suficiente para melhorar a vida do governo no Senado, que impôs uma derrota e derrubou nesta quarta-feira (1º) o projeto com programas trabalhistas que eram a aposta da gestão Jair Bolsonaro para impulsionar contratações em ano eleitoral

O revés em uma votação importante para a agenda do Palácio do Planalto elevou o temor de que as propostas de interesse de Bolsonaro fiquem paralisadas no Congresso.

Segundo integrantes do governo, as divergências entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), se agravaram, e alguns dizem não ver, no curto prazo, um cenário de alinhamento entre as Casas.

Além de projetos caros ao Executivo, até mesmo ministros que antes diziam acreditar no aval do Senado para André Mendonça ser nomeado ao STF (Supremo Tribunal Federal) agora reavaliam o prognóstico, que passa a ser mais difícil para a aprovação do indicado por Bolsonaro.

O senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), que preside a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), apenas pautará a sabatina de Mendonça se tiver certeza de

que ele vai perder, segundo pessoas próximas ao congressista.

A articulação nesse sentido, afirmam, nem está se dando em caráter reservado. Em sessão recente, senadores apontaram que Alcolumbre levantou a hipótese de derrubar Mendonça para enviar um recado ao Planalto.

Nas contas de aliados do presidente do Senado, há atualmente em torno de 35 votos para a aprovação de Mendonça no plenário da Casa, apoio que está em tendência de queda. São necessários 41 votos para que Mendonça assumira uma cadeira no STF.

O Planalto chegou a ensaiar um gesto a Alcolumbre para lhe dar mais poder no controle do Orçamento. O governo, no entanto, recuou depois da reprovação da reforma trabalhista, cuja culpa também é atribuída ao senador.

Por trás da derrota desta quarta está, além de um recado ao governo, a disputa travada entre Pacheco e Lira, que chegou ao mais alto nível de tensão.

Interlocutores do governo e Lira acusam Pacheco de ter descumprido um acordo costurado horas antes da votação. Pacheco e senadores dizem que a Câmara rompeu negociações anteriores, e, portanto, não são confiáveis.

Auxiliares de Bolsonaro dizem acreditar que, a partir da derrota na MP trabalhista, o desgaste na relação com Pacheco se agravou.

Hoje, integrantes do governo afirmam não saber qual o clima para o Senado avançar com a pauta do Planalto nem o tamanho da base.

O terreno no Senado é formado por uma oposição mais ativa e disposta a sangrar o governo, além de uma insatisfação da maior bancada da Casa, o MDB, que vem sendo desprestigiada.

O partido tem aguardado a oportunidade de dar o troco no governo, desde que perdeu a presidência do Senado para Alcolumbre em 2019 e para Pacheco no início de 2021 -ambos do DEM.

Mesmo com tendência reformista em matérias de

natureza econômica, a maior parte dos emedebistas votou para derrubar a medida provisória (oito contra cinco).

O placar da votação evidencia ainda uma fraqueza generalizada do governo no Senado. Nem mesmo o partido do ministro Ciro Nogueira, um senador licenciado, conseguiu apoio integral para a MP

Outros partidos governistas, como o PL, tiveram maioria contrária.

O vice-líder do governo no Senado e no Congresso, Jorginho Mello (PL-SC), considerado próximo a Bolsonaro e que esteve com o presidente tantas vezes em pescarias no litoral de Santa Catarina, votou contra a orientação do governo. Procurado, Mello não se manifestou.

Integrantes do governo, mesmo na área econômica, tentam emplacar o discurso de que Pacheco tem dificultado o andamento de pautas de Bolsonaro por ter a pretensão de disputar a Presidência da República em 2022. Ele negocia a candidatura pelo PSD.

Porém, a insatisfação no Senado vai além da projeção eleitoral. A disputa entre Pacheco e Lira começou a se elevar quando a Câmara desfez uma decisão do presidente do Senado e retomou um trecho de um projeto que acabaria com sociedades simples, bastante usada por advogados.

A medida acabou sendo vetada por Bolsonaro, mas o movimento feito pela Câmara desagradou Pacheco, que é advogado.

Lira tem dito que a agenda de reformas do governo não avança por causa do Senado. No horizonte, há um novo foco de tensão: a **reforma tributária**. Os presidentes das duas Casas discordam sobre qual o formato para as mudanças nas regras de tributação.

Pacheco tende a apoiar uma proposta mais ampla do que a da Câmara, que altera apenas normas do IR (Imposto de Renda).

Nesta quinta (2), por um voto, o governo escapou de outra derrota no Senado durante a votação da MP (Medida Provisória) que permitia a compra insumos para o enfrentamento da pandemia sem necessidade de licitação.

O texto recebeu 36 votos favoráveis e 35 contrários. A resistência foi articulada pelo relator da CPI da Covid, Renan Calheiros (MDB-AL). O principal argumento dos senadores para não aprovar a proposta era de que ela iria regularizar todos os desvios identificados pela comissão nos últimos quatro meses.

De acordo com a proposta, que agora segue à sanção, durante o estado de calamidade pública provocado pelo coronavírus, a administração pública direta e indireta nos níveis federal, estadual e municipal, poderá dispensar a ou realizar licitação na modalidade pregão com prazos reduzidos pela metade.

A medida provisória também permitia a realização de pagamentos antecipados nos casos em que isso representasse condição indispensável para obter o bem, prestação do serviço ou resultar em economia de recursos.

Câmara corta taxaço de dividendos para 15%, e projeto do IR vai ao Senado



Danielle Brant Fábio Pupo Washington Luiz

Os deputados reduziram nesta quinta-feira (2) de 20% para 15% a alíquota única incidente sobre lucros ou dividendos e concluíram a votação do projeto que muda as regras do Imposto de Renda, que, agora, segue para o Senado.

Na Casa vizinha, o presidente Rodrigo Pacheco (DEM-MG) afirmou que, assim que a apreciação do projeto terminasse na Câmara, o texto seria submetido à tramitação regular "para que o Senado possa refletir".

"Designar um relator, submeter à comissão e ir ao plenário para que possamos avaliar essa reforma específica do Imposto de Renda que tem sido trabalhada hoje na Câmara", disse. "É precoce qualquer exame que faça o Senado neste momento. "

Os senadores priorizam a votação de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) mais ampla, que substitui nove **impostos**. No final de agosto, Pacheco afirmou que o Senado tem compromisso com a **reforma tributária**, mas "obviamente não subserviente ao governo federal".

Na Câmara, o texto-base foi aprovado por 398 votos a 77.

O principal trunfo usado pelo presidente da Câmara para atrair a oposição foi a proposta de taxaço de dividendos, que passaram a ser isentos em 1995 (durante o governo de Fernando Henrique Cardoso).

Mesmo o PT, que inicialmente defendia a adoção de uma alíquota progressiva para que empresas menores não fossem tributadas com o mesmo peso das grandes, aceitou votar o texto com a condição de que fosse aprovada a taxaço.

Desde o começo, a mudança foi uma das mais contestadas por empresários que enxergaram maior carga tributária.

O texto inicialmente aprovado pelos deputados previa alíquota fixa em 20%, mas um destaque aprovado nesta quinta-feira reduziu para 15% a tributação sobre dividendos. A emenda foi aprovada por 319 votos a 140. A mudança valerá a partir de 1º de janeiro de 2022.

Líder do governo na Câmara, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) orientou contra o texto, mas assegurou que não haverá veto do presidente Jair Bolsonaro sobre a cobrança de dividendos .

O relator do texto, Celso Sabino (PSDB-PA), manteve a isenção para micro e pequenas empresas optantes do Simples e do lucro presumido (regimes simplificados).

O relator propôs reduzir a alíquota principal do IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) de 15% para 8%, e estipulou um corte da alíquota da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) de até 1 ponto percentual, alcançado pela revogação de benefícios fiscais.

Na versão anterior, a redução das alíquotas sobre empresas era mais profunda (o IRPJ cairia de 15% para 6,5% e a CSLL seria cortada em 1,5 ponto percentual).

Sabino também acatou a proposta de liberar a declaração simplificada de 20% para todas as rendas. A versão anterior do texto criava um teto para quem quisesse pedir esse desconto, seguindo a proposta original do governo -se a ideia fosse adiante, só quem tivesse renda de pouco mais de R\$ 3.000 por mês poderia pedir o desconto (o equivalente a R\$ 40.000 por ano).

O acordo fechado com a oposição prevê ainda que a pessoa física só poderá obter desconto simplificado equivalente a até R\$ 10.563,60, em vez dos R\$ 16.754,34 permitidos hoje.

Sabino manteve a previsão para empresas de abatimento das despesas com recursos pagos ao trabalhador na forma de vale-alimentação.

O relator também manteve benefícios para operações com aeronaves e suas peças, dizendo que o setor foi muito atingido pela pandemia, e incentivos fiscais de Imposto de Importação e IPI para embarcações.

A proposta manteve a versão original do governo para corrigir a tabela da pessoa física do Imposto de Renda, que não era corrigida desde 2015, e eleva de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.500,00 por mês o salário isento da tributação.

Projeto melhora, mas resultado ainda é ruim, diz analista

Douglas Gavras

As mudanças na reforma do Imposto de Renda feitas pela Câmara dos Deputados não foram suficientes para aplacar os ânimos de especialistas e entidades que representam empresários. Eles apontam um aumento de carga para médias empresas e avaliam que o texto amplia distorções.

Para o economista e diretor do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal), Bernard Appy, o texto-base da Câmara até possui pontos positivos, mas o lado negativo predomina.

"O que mais me incomoda é a manutenção de isenção na distribuição por lucro presumido, para quem tem faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano", diz. "Parte disso vai para a remuneração de sócios, que já pagam muito pouco imposto."

Ele ressalta que o projeto agravou as distorções para parte das pessoas jurídicas que vão ter redução de alíquotas e ficar isentas de tributação de dividendos.

"Além disso, embora se diga que a tributação dos dividendos irá pegar os grandes acionistas, na prática, o grande vai ser beneficiado, ao receber os lucros por meio de uma holding e reinvestir. Só vai ser tributado o que for para consumo próprio."

Segundo Appy, os pequenos e médios acionistas vão pagar essa conta.

Na sua avaliação, a medida vai ajudar a aumentar a arrecadação em 2022, ano eleitoral. "Ajuda a fechar as contas, é uma pedalada fiscal que favorece a alta renda e não traz benefícios para a economia."

Na visão da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), as mudanças no Imposto de Renda aprovadas na Câmara precisam ser aperfeiçoadas.

"Alguns segmentos, sobretudo as empresas de médio porte, serão prejudicados, o que é inaceitável neste momento em que precisamos estimular a recuperação econômica e a geração de empregos."

A Fiesp também considera que as empresas de lucro presumido, com faturamento superior a R\$ 4,8 milhões, devem ser punidas com a reforma, sobretudo aquelas em que a redução dos **tributos** sobre o lucro é inferior à taxa dos dividendos.

O QUE MUDA COM A REFORMA DO IR

PARA PESSOAS FÍSICAS

Isenção para a baixa renda

Como é: isento quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês
Proposta do governo: teto sobe para R\$ 2.500,00 por mês
Texto aprovado na Câmara: segue o projeto do governo

Tabela do Imposto de Renda

Como é: desatualizada desde 2015
Proposta do governo: correção de 31% na faixa de isenção e de, em média, 13% nas demais
Texto aprovado na Câmara: segue o projeto do governo

Desconto simplificado

Como é: na declaração anual de ajuste do Imposto de Renda, os contribuintes podem hoje pedir o desconto simplificado de 20%
Proposta do governo: somente quem ganha até R\$ 40 mil por ano (pouco mais de R\$ 3.000 por mês) teria direito ao desconto
Texto aprovado na Câmara: volta à regra atual, sem limites de renda para pedir o desconto. Mas estabelece desconto máximo de R\$ 10.563,60 (hoje, limite é de R\$ 16.754,34)

Dividendos

Como é: são isentos
Proposta do governo: tributados em 20% na fonte, com isenção para até R\$ 20 mil por mês desde que a pessoa física receba de micro ou pequena empresa
Texto aprovado na Câmara: isenta totalmente dividendos de micro e pequenas empresas optantes do Simples e do lucro presumido (regimes simplificados). Além disso, expande a isenção em outros casos -como para empresas que distribuem dividendos dentro do grupo econômico e para coligadas, além de flexibilizações para fundos de investimento. Na votação de destaques, a alíquota caiu de 20% para 15%

PARA PESSOAS JURÍDICAS

Redução de alíquota

Como é: alíquota do IRPJ é hoje de 15%. Além disso, há cobrança de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil Proposta do governo: corte da alíquota-base de 15% em 5 pontos percentuais, para 12,5% em 2022 e 10% em 2023 Texto aprovado na Câmara: corte da alíquota-base de 15% em 7 pontos percentuais, para 8%. Corte da CSLL em até 1 ponto percentual (na maioria dos casos, cai para 8%), dependente da revogação de benefícios fiscais

PARA INVESTIMENTOS

JCP (Juros sobre Capital Próprio)

Como é: além dos dividendos, as empresas podem distribuir lucros aos acionistas por meio do JCP. Ele pode ser computado pelas empresas como despesa (ou seja, ajuda a abater **impostos**) Proposta do governo: fim da dedutibilidade do JCP da base de cálculo do IRPJ e da CSLL Texto aprovado na Câmara: acaba não só com a dedutibilidade, como também com o JCP em si

Fundos imobiliários

Como é: hoje há isenção sobre os rendimentos distribuídos a pessoa física no caso de fundos imobiliários com cotas negociadas em Bolsa a partir de 2022 Proposta do governo: fim da isenção e cobrança de 15% Texto aprovado na Câmara: mantém a isenção existente hoje

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

57

Reforma tira subsídio de remédio contra câncer e Aids e mantém para avião

Fábio Pupo

O projeto de lei do Imposto de Renda aprovado pela Câmara dos Deputados na quarta-feira (1º) removeu benefícios tributários para medicamentos e manteve os aplicados a aeronaves e embarcações.

O projeto revoga as normas que abatem PIS e Cofins de empresas que fabricam ou importam medicamentos e produtos farmacêuticos. Na lista atual de isenções estão remédios de uso contínuo para tratamento de doenças como câncer, hipertensão, Aids, doenças cardíacas e diabetes, além de antibióticos, anti-inflamatórios e outros.

De acordo com os fabricantes de medicamentos, o fim de isenções de PIS/Cofins dos medicamentos vai acarretar o aumento de 12% no preço ao consumidor de mais de 18 mil produtos farmacêuticos -conforme mostrou o Painel SA. Segundo eles, o SUS (Sistema Único de Saúde) também será impactado.

"No final, quem pagará a conta, no nosso caso, será o consumidor de medicamentos, todos nós", afirma Nelson Mussolini, presidente executivo do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), em nota.

Emendas chegaram a ser apresentadas para retirar o trecho do projeto. Mas o relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), as descartou afirmando que o subsídio para medicamentos tem caráter regressivo - ou seja, acaba beneficiando mais os ricos.

[x]

O deputado citou em seu relatório o Boletim Mensal sobre Subsídios da União, do Ministério da Economia. O documento concluiu que os 20% mais pobres da população usam 6,3% dos recursos concedidos pela medida, enquanto os 20% mais ricos se apropriam de 43,5% do total.

Entretanto, o mesmo documento concluiu também que a política é menos concentrada do que a renda no país. Além disso, o boletim do Ministério afirma que não existem elementos suficientes para analisar os efeitos de uma mudança de tributação do setor sobre o preço dos medicamentos e os orçamentos do governo e das famílias.

Enquanto isso, o deputado manteve benefícios para aeronaves e embarcações. A retirada dos subsídios nesses casos estava prevista no texto como uma maneira de reduzir em R\$ 4,5 bilhões o impacto fiscal para a União com os cortes no Imposto de Renda.

No caso das aeronaves, o deputado decidiu manter os benefícios dizendo que o setor foi afetado pela Covid-19. "Trata-se de setor econômico excessivamente atingido pelos impactos econômicos causados pela pandemia do coronavírus, e sua reoneração pode trazer gravíssimas consequências à viabilidade do transporte aéreo no país", escreveu Sabino.

O relator acolheu emendas para manter incentivos fiscais relacionados ao Imposto de Importação e ao IPI de embarcações dizendo que haveria pouco benefício. "O ganho que seria obtido a partir dessas revogações seria ínfimo para a proposta, ao passo que poderia trazer consequências negativas às regiões altamente dependentes do transporte hidroviário", afirmou o deputado no relatório.

Deputados que defenderam a manutenção dos benefícios para embarcações -como do PT, do PSB e do PDT- afirmaram que, entre os programas ameaçados, estariam aqueles criados para incentivar a Marinha Mercante Brasileira e que teriam permitido o que chamaram de aumento da competitividade dos estaleiros nacionais.

"[A desoneração das embarcações] reduziu os custos envolvidos e passou a permitir a realização do reparo e manutenção periódica obrigatória das embarcações brasileiras em estaleiros brasileiros", afirmaram os parlamentares.

Com a manutenção dos benefícios para aeronaves e embarcações e as demais mudanças, analistas viram perda de arrecadação para a União -mas ainda faziam as contas do tamanho do impacto até o fechamento deste texto.

"O resultado do PL 2337, aprovado nesta noite a toque de caixa, será um rombo na arrecadação", afirmou em rede social Felipe Salto, diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado que monitora as contas públicas). Os técnicos devem apresentar um cálculo nesta sexta-feira (3).

O texto-base do projeto que muda as regras do Imposto de Renda começou a ser discutido diretamente no plenário sem um texto protocolado.

Deputados da oposição, como do PSOL, ressaltaram que estavam se posicionando de forma favorável à discussão desde que o projeto fosse de fato o debatido nas horas anteriores.

Estimativas de arrecadação, de manutenção de desonerações e do conseqüente impacto do texto final sobre os cofres públicos não foram apresentadas no plenário.

BOLSA CAI 2,28% EM REAÇÃO À REFORMA DO IRE ECONOMIA FRACA

A Bolsa encerrou esta quinta (2) com queda de 2,28%, a 116.677 pontos, em um dia em que o mercado, já estressado com as perspectivas de baixo crescimento econômico, respondeu negativamente ao resultado da votação da reforma do IR. O dólar fechou estável, a R\$ 5,1820. "A dinâmica de hoje é explicada quase integralmente pela **reforma tributária**", diz Daniel Miraglia, economista-chefe da Integral Investimento. Para ele, o mercado tem avaliado a reforma do IR como sendo "populista". Entre os pontos que desagradam investidores está o fato de acabar com o JCP (Juros sobre Capital Próprio)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

57

Nível de inflação atual do Brasil é constrangedor, afirma Honorato

Marsílea Gombata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186997?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186997?page=1§ion=1

Projeto pode emperrar no Senado e governo avalia melhor momento

Renan Truffi De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186997?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186997?page=1§ion=1

Bolsonaro, golpes e contragolpes

Vinicius Torres Freire *Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)*

Enquanto organiza um putsch, presidente sofre derrotas no Congresso e no empresariado

Jair Bolsonaro enfim conseguiu arrumar um turumbamba com boa parte da elite econômica. Seu pacote eleitoral e popular corre mais risco de ir para o ralo, ainda que, com pacote e com tudo, o povo vá passar mal por muito tempo. Por exemplo, nos últimos três anos, a **inflação** da comida aumentou quase 31%; o salário médio, 14,3% (o dos mais pobres, menos ainda). A poucos dias da pororoca golpista armada para o 7 de Setembro, vários caldos azedam.

A Fiesp soltou nota contra a reforma do Imposto de Renda, essa mixórdia tosca aprovada pela Câmara, aliás com apoio da esquerda. A Fiesp de Paulo Skaf quer apenas umas reduções de **impostos**, mas esse lobby pode dificultar ainda mais a aprovação dessa barafunda tributária no Senado.

Sabe-se lá o que vai sair do Senado, se é que vai, mas essa "reforma" do Imposto de Renda inclui um item do pacote eleitoral de Bolsonaro, a redução do IR para parte menor da classe média. De resto, pode ser que mexidas adicionais diminuam a receita de **impostos**, ajudando a piorar as perspectivas para a dívida pública, o que leva os donos do dinheiro, credores do governo, a cobrar mais caro pelos empréstimos, elevando os juros na praça em geral.

A Febraban soltou nota a favor do "manifesto" das associações empresariais, aquele avacalhado pela Fiesp e atacado pelo governo, em particular pelos seus sequazes na economia, Paulo Guedes e Pedro Guimarães, presidente da Caixa, e pelo premiê colaboracionista, Arthur Lira, presidente da Câmara. De passagem, a nota da Febraban dá umas caneladas na Fiesp e diz que "respeita", mas na prática ignora, as ameaças de Caixa e Banco do Brasil deixarem a associação. Deram uma banana para o governo. Os bancos, note-se de passagem, não gostaram nada da reforma do IR.

Mesmo divididas pelos ataques do governo, pelo governismo das decrépitas federações estaduais da indústria e pela colaboração da Fiesp quinta-coluna, as associações empresariais ajudam a azedar o caldo bolsonariano.

A mudança no IR causa revolta desde que apareceu. O "manifesto" das associações empresariais acabou indo para a rua, ainda que de modo desordenado. Além disso, empresários mineiros graúdos, vários deles bolsonaristas até ontem (ou talvez até hoje), assinaram um manifesto meio parnasiano e adoidado, mas que pinga mais um limão no caldo do governo e confronta a Federação das Indústrias de Minas, que atacava o Supremo, colaborando com Bolsonaro.

O agronegócio racional soltou um manifesto por conta própria quando viu a desordem nas hostes empresariais, que não sabiam o que fazer com seu "manifesto" quando Skaf lhes dava uma rasteira e o governo fazia ameaças. Bateram bem no governismo. Até o agro ogro corre o risco de rachar.

A aprovação da mudança no IR ajudou a derrubar a Bolsa. São os donos do dinheiro votando com os pés, vendendo ativos, ações, no caso. A "reforma" afeta rendimentos do capital e os bancos.

Na quarta, o Senado derrubou a reforma trabalhista picareta e outros desejos de Guedes.

Em resumo, o salseiro aumenta. Se criar ainda mais caso com o Supremo, Bolsonaro pode perder a mãozinha estendida por Luiz Fux, presidente do STF, que tentava ajudar o governo a dar um calote provisório nos precatórios (coisinha de R\$ 50 bilhões). Essa moratória arrumaria dinheiro para Bolsonaro engordar o Bolsa Família e pagar o aluguel dos parlamentares do centrão.

Convém não esquecer: ainda morrem 20 mil pessoas por mês, de Covid. Enquanto isso, Bolsonaro nem mais finge que governa, ocupado em organizar um putsch.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

57

Empresários e parlamentares discutem desoneração da folha

JOÃO SORIMA NETO E IVAN MARTÍNEZ-VARGAS

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Estados veem perda de R\$ 19 bi com reforma do IR

**FERNANDA TRISOTTO, GERALDA DOCA, JÚLIA
LINDNER, BRUNO GÓES, Manoel Ventura**

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Carga tributária e de encargos no setor elétrico cresce e atinge 49%

Letícia Fucuchima

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186997?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186997?page=1§ion=1

Em defesa da democracia



» Ingrid Soares» Raphael Felice

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), enfatizou, ontem, que "não se negocia a democracia" e destacou a importância de frear a crise entre Executivo e Judiciário, provocada pelas críticas do presidente Jair Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "É muito importante que estejamos todos unidos, respeitando as divergências, na busca de consensos, na busca de convergências, mas com um aspecto que é, para todos nós, inegociável: não se negocia a democracia", frisou, após reunião com governadores, na residência oficial. "A democracia é uma realidade, o Estado de direito é uma realidade. A sociedade já assimilou esses conceitos e valores, de modo que estaremos sempre, todos unidos, nesse propósito de preservação da democracia." De acordo com Pacheco, "não é possível interromper o diálogo com nenhum dos Poderes, com nenhuma das instituições". "E não é possível não ouvir governadores dos estados. Um diálogo se constrói na busca de convergências e consensos, mas respeita divergências. É um exercício democrático." Para o senador, "não há melhor ambiente do que a democracia." Da reunião, participaram gestores do Distrito Federal, Ibaneis Rocha; de Minas Gerais, Romeu Zema; do Pará, Helder Barbalho; de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja; do Espírito Santo, Renato Casagrande; e do Piauí, Wellington Dias, também coordenador do Fórum dos Governadores.

Ibaneis ressaltou existir unanimidade "no sentido de que temos que caminhar juntos pela democracia". "Isso foi pauta da última reunião e, reafirmado aqui hoje (ontem), com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, no sentido de que a gente possa distensionar o país." A preocupação de governadores é de que as manifestações do 7 de Setembro, convocadas por apoiadores de Bolsonaro, se transformem numa ameaça à democracia. Eles

também acreditam que a crise entre Poderes impacta a economia e afasta do país potenciais investidores. "Nós temos um reflexo muito ruim na economia, no encarecimento do preço de produtos. Buscamos, agora, dissipar esse ambiente, trazendo para a serenidade da política o Estado democrático de direito", disse Ibaneis.

Renato Casagrande foi na mesma linha. "É o preço e o custo da instabilidade. Quanto mais instáveis são as relações políticas e institucionais, há um preço que, sem dúvida, é repassado para os alimentos e para o combustível. Por isso, o pacto feito pelos governadores com o Senado, em defesa da democracia e da Constituição, é fundamental para a gente estabilizar a economia", afirmou.

Desde o início da pandemia, Bolsonaro culpa governadores pelo aumento da taxa de desemprego e pela carestia. Ele argumenta que as medidas restritivas, adotadas pelos gestores para tentar frear a disseminação da covid-19, entre as quais o fechamento do comércio e o isolamento social, contribuíram para a redução dos postos de trabalho. O chefe do Executivo também os responsabiliza pela elevação dos preços dos alimentos e dos combustíveis.

Pacheco se comprometeu a dialogar com a equipe econômica do governo para tentar buscar soluções de combate à **inflação**. "Nosso inimigo é o preço do feijão, da gasolina, da luz elétrica. Temos de discutir isso no Brasil, e não perdermos tempo com aquilo que não convém", sustentou.

Vacinas

No encontro, foi avaliada, também, a situação da pandemia e das vacinas contra a covid-19. A preocupação dos governadores com a imunização se deve ao fim de contratos para o Plano Nacional de Imunização (PNI), como o do Instituto Butantan, que se encerram neste mês.

"Precisamos de mais vacinas para garantir o controle do coronavírus no Brasil. Há a necessidade de ampliar a vacinação para quem não tomou nenhuma dose, para quem não completou a vacinação tomar a segunda dose, para pessoas entre 12 e 18 anos e para quem precisa de uma terceira dose", afirmou Wellington Dias.

Pedido dos gestores

O encontro com Rodrigo Pacheco foi pedido pelos governadores, por meio de requerimento enviado ao presidente do Senado. A solicitação foi feita, também, aos presidentes da República, Jair Bolsonaro; do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux; e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O chefe do Planalto, porém, não deve aceitar. Ele não avalia de forma positiva uma reunião com os gestores, pois entende que serviria apenas para desgastá-lo.

Indústria perde fôlego e recua 1,3% em julho

ROSANA HESSELFERNANDA STRICKLAND*

A indústria brasileira perdeu ritmo e não deve se recuperar tão cedo, de acordo com analistas. Dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o setor encolheu 1,3% em julho, na série com ajuste sazonal. A queda foi a pior para o mês desde 2015 e maior do que a esperada pelo mercado, de 0,8%.

Apesar de acumular alta de 11% no ano, o setor está em patamar 2,1% abaixo do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020. As grandes categorias, de bens duráveis e de semiduráveis e não duráveis, estão, respectivamente, 18,2% e 7,1% distantes dos níveis anteriores à chegada da covid-19 no país. Já o setor de bens de capital está 16,4% acima do patamar pré-crise, após crescer 0,3% em julho, mas desacelerou em relação a junho, quando havia disparado 33,1%.

O resultado pior do que o esperado confirma as estimativas mais pessimistas para o terceiro trimestre - que começa com a indústria sem forças para ajudar o Produto Interno Bruto (**PIB**) a ter um resultado positivo, após a queda de 0,1% no segundo trimestre na comparação com os três meses anteriores. A indústria, aliás, teve contribuição relevante para esse resultado, pois recuou 0,2%, na mesma base de comparação. "A indústria, principalmente o segmento de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, vai ter dificuldades para se recuperar, porque há muitos gargalos para o setor produtivo, como a falta de peças e componentes, que é um problema no mundo inteiro e só deverá se normalizar em 2022", destacou a economista Marina Garrido, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV). Segundo a economista, os dados corroboram as estimativas do Ibre de queda de 0,1% no **PIB** do terceiro trimestre, o que sinaliza um cenário recessivo em formação. "A tendência é continuarmos revisando para baixo", disse. Logo após o resultado do **PIB** de quarta-feira, o Ibre reduziu de 5,2% para 4,9% a estimativa de expansão do **PIB** neste ano, e de 1,6% para 1,5% a previsão de alta em 2022.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, reforça a tendência de um **PIB** mais baixo neste ano. "A queda na produção industrial de julho dá o tom para um terceiro trimestre fraco, de fato. Neste ano, o crescimento está caminhando para ficar abaixo de 5%", avaliou. Vale prevê altas de 4,7%, no **PIB** de 2021, e de 1,4%, no ano que vem, mas afirma que "o viés é de baixa".

Conforme os dados do IBGE, dos sete meses já decorridos de 2021, cinco foram negativos, e a indústria da transformação acumula dois trimestres no vermelho. Para Marina Garrido, o setor é o que deverá enfrentar mais dificuldades daqui para frente. "Há muitos riscos que devem atrapalhar a indústria além do gargalo dos componentes, como a alta do custo da energia, que encarece custo de produção", alertou.

"Há, ainda, outros riscos, como as condições financeiras, que estão piorando, e a diminuição da demanda interna devido ao desemprego elevado e ao endividamento das famílias", complementou.

Problemas

Simone Pasianotto, economista-chefe da Reag Investimentos, lembrou que a queda de 2,7% na produção de bens duráveis foi determinante para o resultado do setor em julho. "Isso é, basicamente, consequência do problema na cadeia de suprimentos, como semicondutores. Além disso, o IBGE corrobora com a pesquisa sobre produtividade da CNI (Confederação Nacional da Indústria), que aponta queda de 1,6% no segundo trimestre de 2021 comparativamente ao trimestre anterior".

"A indústria, principalmente o segmento de bens duráveis, vai ter dificuldades para se recuperar, porque há muitos gargalos para o setor produtivo, como a falta de peças e componentes, que só deverá se normalizar em 2022" Marina Garrido, pesquisadora do Ibre/FGV

BC deve intensificar elevação dos juros

Mesmo com queda no Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre, o Banco Central deverá pesar a mão sobre a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 5,25% ao ano. As apostas são de uma nova alta de mais de 1 ponto percentual na Selic, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) dos dias 21 e 22 deste mês.

As previsões para a Selic no fim do ano seguem em alta, assim como as da **inflação**, diante do aumento das incertezas. Na última reunião do Copom, o BC já sinalizou que elevaria os juros acima do patamar neutro, ou seja, entre 6,5% e 7%, o que significaria um freio adicional na retomada da economia, algo que deverá atrapalhar os planos de reeleição do presidente Jair Bolsonaro. "A Selic em 8,5% vai ser piso para o Banco Central conseguir colocar a **inflação** no centro

da meta em 2022", alertou o economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos, Eduardo Velho. Segundo ele, as pressões inflacionárias não devem ceder, especialmente, após o reajuste de 50% na bandeira tarifária da conta de luz devido à crise energética.

Conforme dados do boletim Focus, do Banco Central, a mediana das estimativas do mercado para a Selic no fim do ano é de 7,50% e, para o IPCA, de 7,27%. Essa taxa está bem acima do teto da meta de **inflação**, de 5,25%.

"Mesmo se a Selic for para 9%, a **inflação** do ano que vem ficará em 4,43%", destacou. O teto da meta de **inflação** é decrescente, e, em 2022, passará para 5%. Pelas projeções de Velho, nas próximas semanas, a mediana das estimativas do mercado para a taxa Selic deverá aumentar para a faixa de 8,5% a 9%.

Velho não descarta o risco de a **inflação** romper o teto da meta por dois anos seguidos. Isso porque a pressão inflacionária deve se estender no ano que vem, quando os preços administrados forem reajustados pelo Índice Geral de Preços (IGPs) deste ano, que tem ficado acima de 30% no acumulado em 12 meses. "O consumidor pode esperar novos aumentos na conta de luz, por exemplo, ao longo de 2022", alertou.

Na avaliação do economista Simão David Silber, professor da Universidade de São Paulo (USP), o país caminha para o pior dos mundos na teoria econômica, o de estagflação - quando não há crescimento e a **inflação** é elevada - , algo já vivido na década de 1970. "Isso é um sinal de desarranjos econômicos estruturais e não vai ocorrer por acidente. O que aconteceu foi o seguinte: a Lei de Murphy funcionou. Muita coisa deu errado. Teve pandemia. Teve o governo errado. São Pedro não ajudou. O Brasil foi mal administrado e o câmbio ficou mais alto do que devia. O Brasil já não ia bem, e não ir bem agora não é uma grande surpresa", explicou.

Pudim azedo

Analistas lembram que, apesar desse cenário pouco animador para a economia e para um governo que quer se reeleger em 2022, o Banco Central, agora, vai ter que mostrar que é realmente independente. "O BC vai ter que fazer aquilo que lhe compete, que é controlar a **inflação**, ainda mais depois que ganhou a autonomia. Vai ter que fazer a prova do pudim. E tem que provar um pudim azedo", resumiu Silber. (RH)

Freio de mão puxado

Após tombo de 0,2% no PIB do segundo trimestre, produção industrial cai em julho e reforça sinais de que vai ser difícil voltar a crescer neste ano

Produção Industrial Mensal (PIM)

Varição em relação ao mês anterior (Em %):



1,2%

Varição da produção industrial de julho em relação ao mesmo mês de 2020

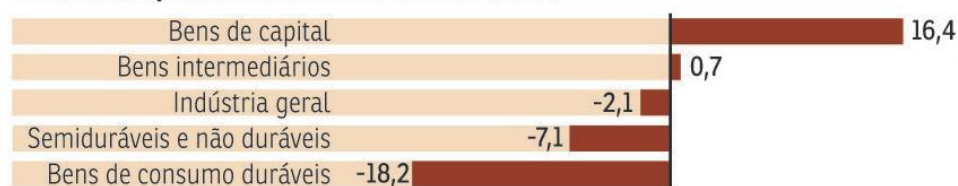
11%

Varição acumulada no ano

Impacto da covid-19

A produção industrial voltou a ficar abaixo do patamar pré-pandemia em julho, mas o desempenho é desigual por ramo de atividade e categorias

Distância do patamar de fevereiro de 2020 (em %)



Fontes: IBGE e Iedi



Mercado reage mal, e Bolsa cai 2,28%

Os investidores reagiram mal à aprovação do projeto de mudanças no Imposto de Renda e a Bolsa de Valores de São Paulo fechou ontem em forte queda, de 2,28%, com o Ibovespa, principal indicador dos negócios, fechando aos 116.77 pontos. Segundo analistas, a desvalorização dos ativos, consequência de um forte movimento de vendas, refletiu também os indicadores econômicos ruins divulgados nos últimos dias, como a queda do **PIB** no segundo trimestre a retração do setor industrial em julho.

As ações de bancos estiveram entre as maiores baixas do dia, refletindo itens do projeto, como a taxa de dividendos, embora em nível mais baixo que o proposto inicialmente, e o fim dos juros sobre capital próprio, mecanismo de distribuição de lucros que gera deduções tributárias para as empresas. Entre as maiores instituições, destaque para queda de 5,23% na Unit do Santander, de 4,14% para BB ON e de 3,81% em Bradesco ON.

A decepção do mercado com a aprovação do relatório do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) se somou à derrubada de minirreforma trabalhista no Senado, na noite de quarta-feira, com a qual o governo pretendia estimular a geração de empregos, e a aprovação de mudança em planos de saúde de estatais, que pode dificultar privatizações como a dos Correios. Para analistas, o episódio reforçou a percepção de desarticulação do governo, que está perdendo cada vez mais influência sobre o Congresso.

Para o economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato, o risco fiscal sentido pelo mercado, que afeta condições financeiras e previsões para a atividade produtiva, resulta de um conjunto de fatores, como a questão dos precatórios, a falta de fontes de financiamento do novo Bolsa Família e a reforma do IR.

Já o dólar reverteu a queda ante o real fechou estável, com perda marginal de 0,03%, a R\$ 5,183. De acordo com analistas, a deterioração dos ativos domésticos impediu que o real se beneficiasse de forma mais abrangente da onda global de enfraquecimento da moeda norte-americana, na véspera da divulgação do relatório de emprego (payroll) de agosto nos Estados Unidos.

Recados de pacificação as vésperas de manifestações



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e os chefes estaduais do Executivo debateram vários temas no encontro, realizado na residência oficial do parlamentar



“Alguém já me viu brigando com algum poder, alguma instituição, a não ser algo pontual? O Brasil está em paz, no meu entender”

■ **Jair Bolsonaro**, presidente da República

Brasília - Às vésperas das manifestações a favor do governo Bolsonaro marcadas para 7 de setembro, os chefes dos três poderes fizeram declarações sobre a importância do momento histórico para o país. O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), se reuniu com governadores em sua residência oficial para discutir a crise institucional e apontar caminhos para a pacificação. O parlamentar destacou que no encontro foram tratados também a pandemia de COVID-19, vacinas, **inflação** sobre combustíveis, gás de cozinha, energia elétrica e alimentos e a harmonia entre os poderes. Ele disse que "não se negocia a democracia" e ressaltou a importância do "distensionamento do clima de instabilidade entre o Executivo e o Judiciário". O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) abriu a sessão da corte pregando o respeito à democracia e à Constituição nos atos do feriado. Em resposta a Fux, o presidente Jair Bolsonaro afirmou: "Ninguém precisa

temer o 7 de Setembro porque os manifestantes estarão clamando pelo que Fux pediu. Alguém já me viu brigando com algum poder, alguma instituição, a não ser algo pontual? O Brasil está em paz, no meu entender", disse.

Após o encontro com os governadores, Pacheco se comprometeu a dialogar com a equipe econômica do governo para tentar buscar soluções para a **inflação**. Entre os líderes estaduais presentes estavam Romeu Zema (MG), Ibaneis Rocha (DF), Helder Barbalho (PA), Reinaldo Azambuja (MS), Renato Casagrande (ES) e Wellington Dias (PI), integrantes do Fórum dos Governadores.

"Nosso inimigo é o preço do feijão, da gasolina, da luz elétrica. Temos que discutir isso no Brasil e não perder tempo com aquilo que não convém". De acordo com o presidente do Senado, "não há melhor ambiente do que a democracia" e que é a preservação desse valor que criará um ambiente ideal para a evolução do Brasil. "É muito importante que estejamos todos unidos, respeitando as divergências, na busca de consensos, na busca de convergências, mas com um aspecto que é para todos nós inegociável: não se negocia a democracia. A democracia é uma realidade, o Estado de direito é uma realidade. A sociedade já assimilou esses conceitos e valores, de modo que estaremos sempre todos unidos neste propósito de preservação da democracia", declarou.

"Não é possível interromper o diálogo com nenhum dos poderes, com nenhuma das instituições. E não é possível não ouvir governadores dos estados. Um diálogo se constrói na busca de convergências e consensos, mas respeita divergências. É um exercício democrático", apontou.

MANIFESTO Pacheco se posicionou favoravelmente ao Manifesto dos Mineiros ao Povo Brasileiro em defesa da democracia e da pacificação do país, assinado por 300 personalidades com destaque no estado. O documento é um contraponto a outro manifesto, divulgado na quarta-feira pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), com críticas ao STF. Entre os signatários do novo manifesto está o presidente da Associação Comercial de Minas Gerais (AC Minas), José Anchieta da Silva.

"A democracia não pode ser ameaçada, antes, deve

ser fortalecida e aperfeiçoada. O que se pretende provocar é outro tipo de ruptura: a ruptura através das ideias e da mudança de comportamentos em todas as dimensões da vida. O objetivo é construir (na verdade, reconstruir) um projeto de nação para o Brasil, dando sentido novo ao que seja patriotismo, de modo a fazer do povo brasileiro uma gente mais feliz, e colocando o Brasil como nação altiva, livre e democrática no concerto das nações", diz um dos trechos da carta.

No fim da sessão plenária do Senado, na quarta-feira, Pacheco afirmou: "Eu gostaria de enaltecer, ao mesmo tempo em que registro, um manifesto dos mineiros ao povo brasileiro assinado por cidadãos, pessoas naturais, e não pessoas jurídicas nem entidades, que afirmam a importância de diversos temas nacionais, mas sobretudo a preservação da democracia no nosso país. Tancredo Neves dizia que o primeiro compromisso dos mineiros é com a liberdade, e nós o reafirmamos dizendo que, neste instante, o principal compromisso é com a democracia".

A preocupação dos governadores com a imunização se deve ao fim de alguns contratos com o Plano Nacional de Imunização (PNI), como o do Butantan, que se encerra já no mês de setembro. "Precisamos de mais vacinas para garantir o controle do coronavírus no Brasil. Há a necessidade de controlar aqui a Delta e outras variantes e ampliar a vacinação para quem não tomou nenhuma dose, quem não completou a vacinação, tomar a segunda dose, para pessoas entre 12 e 18 anos e para quem precisa de uma terceira dose", afirmou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, disse que há preocupação dos governadores com o que caracterizou de "esgarçamento das relações entre os poderes". "Existe também uma unanimidade no sentido de que temos que caminhar juntos pela democracia. Isso foi pauta da última reunião e reafirmado aqui hoje com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, no sentido de que a gente possa distensionar o país. Nós governadores expressamos, já na última reunião nossa, a preocupação com o esgarçamento das relações entre os poderes. Isso é unânime. Nós temos um reflexo muito ruim na economia, no encarecimento do preço de produtos. Buscamos agora dissipar esse ambiente, trazendo para a serenidade da política o Estado democrático de direito", concluiu.

Os recados ao presidente Bolsonaro ocorrem em meio a uma crise provocada por ele diante de sucessivos ataques ao Supremo Tribunal Federal, agravada com o pedido de abertura de processo de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, já rejeitado por Pacheco. A agenda dos governadores ocorreu através

de um requerimento enviado ao presidente do Senado. O pedido também foi feito a Bolsonaro, ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, e ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP/AL).

Presidente diz que Fux merece "palmas"

Brasília - O presidente Jair Bolsonaro comentou o discurso do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, e pediu "palmas" para o magistrado, durante cerimônia de lançamento das autorizações ferroviárias - Setembro Ferroviário. "Hoje eu vi o ministro Fux, no início da sessão, dizendo que não pode haver democracia sem respeitar a Constituição. Palmas para o ministro Fux", disse batendo palmas e incitando os presentes a fazerem o mesmo. Afirmou ainda que "ninguém precisa **temer** o 7 de Setembro" e que os manifestantes estarão clamando pelo que Fux pediu. "Alguém já me viu brigando com algum poder, alguma instituição, a não ser algo pontual? O Brasil está em paz, no meu entender", disse.

"Realmente, não pode ter democracia se nós não respeitarmos a Constituição em todos os seus artigos. Poderia dizer, principalmente, o artigo 5º, o direito de ir e vir, o direito ao trabalho, o direito a ter uma religião, a liberdade de expressão. Imagine dentro de nossas casas, se um casal começasse um a censurar o outro. Vai destruir a família. O nosso Brasil é o juntamento dessas famílias. Família sadia, país sadio", acrescentou.

Bolsonaro citou ainda o ministro Alexandre de Moraes, contra quem ingressou com um pedido de impeachment, sem sucesso. "Duvido quem seja mais criticado do que eu nas mídias sociais. Mexem com gente da minha família quase que o tempo todo. Não é por isso que vou começar a tomar providência para calar essa pessoa. Como já disse o nosso ministro Alexandre de Moraes há pouco tempo, quem não quer ser criticado fique em casa. Parabéns, Alexandre de Moraes."

STF cobra protestos sem tumultos

Brasília - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, fez discurso ontem no qual pediu respeito à Constituição e à democracia nas manifestações a favor do governo Bolsonaro, marcadas para 7 de setembro, em Brasília. Há receio de conflitos e de ação violenta contra o STF, motivo que levou a corte a pedir à Polícia Militar para reforçar a segurança no feriado. Entre os bolsonaristas, uma das principais pautas é o impeachment de ministros do Supremo. As declarações de Fux foram proferidas antes do início do julgamento da tese do marco temporal sobre demarcação de terras indígenas de

todo o país.

"Aproxima-se a data de 7 de setembro e, na qualidade de presidente da Corte Suprema, impõe-se uma palavra de respeito à democracia nacional e das manifestações programadas para o feriado de celebração da independência do Brasil." Segundo ele, as liberdades públicas não são benefícios concedidos pelo Estado ou pelos governantes, mas fruto de vitórias históricas dos cidadãos brasileiros. "Por isso mesmo, esta Suprema Corte, guardiã maior da Constituição e árbitra da Federação, aguarda que os cidadãos agirão em suas manifestações com senso de responsabilidade cívica, respeito institucional e cientes das consequências jurídicas de seus atos, independentemente da posição política e ideológica que ostentam", disse o ministro.

Ele também declarou que movimentos em torno de pautas sociais, políticas e ideológicas são "louváveis", mas que as manifestações em democracias devem ser pacíficas, não havendo espaço para abuso da liberdade de expressão. "Num ambiente democrático, manifestações públicas são pacíficas. Por sua vez, a liberdade da expressão não comporta violências e ameaças. O exercício de nossa cidadania pressupõe respeito à integridade das instituições democráticas e de seus membros, conforme a lição legada por Martin Luther King Jr: A paz jamais será mantida pela força; ela só pode ser obtida por meio do entendimento mútuo", disse. "A despeito de todas as nossas diferenças de opinião, de ideologia política e de projetos nacionais, nós, cidadãos brasileiros, somos uníssimos num ponto fundamental: o amor pelo Brasil e o orgulho pelo que construímos como nação", afirmou.

"Como patrimônio coletivo, a nossa democracia desperta um senso de responsabilidade de todos os brasileiros, que devem reafirmá-la em todos os momentos da vida. Afinal, nossa democracia não foi herdada nem outorgada, mas corajosamente conquistada", prosseguiu Fux.

Para o magistrado, as críticas construtivas provocam reflexões e são saudáveis para o aprimoramento institucional. Já as críticas destrutivas abalam indevidamente a confiança do povo nas instituições do país.

"O Supremo Tribunal Federal, instituição centenária e patrimônio do povo brasileiro, segue atento e vigilante neste 7 de Setembro em prol da plenitude democrática do Brasil", completou.

E acrescentou: "Seja nos momentos de tormenta, seja nos momentos de calma, o bem do país se garante com o estrito cumprimento da Constituição. A esta

missão jamais renunciaremos, como juízes constitucionais."

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

PIB indica cenário adverso para reeleição de Bolsonaro, avaliam líderes do centrão

Julia Chaib e Danielle Brant

Apesar de o ministro Ciro Nogueira (Casa Civil) ter minimizado o encolhimento do **PIB** no segundo trimestre deste ano, dirigentes e líderes de partidos do centrão admitem que o cenário para o futuro da economia é pessimista e apontam dificuldades para implementar as medidas que alavancariam a popularidade de Jair Bolsonaro.

Ciro, presidente licenciado do PP, e integrantes de outras siglas apostam na reformulação do Bolsa Família, na recuperação econômica e na inauguração de obras em 2022 como vitrines na campanha de Bolsonaro à reeleição.

Os indicadores desta semana, porém, dão um banho de água fria nessa perspectiva, avaliam líderes e dirigentes de partidos como PP, PL, DEM e Republicanos.

Na terça (31), o governo mandou ao Congresso um Orçamento enxuto, sem aumento no programa social nem espaço fiscal frouxo para ministérios.

No mesmo dia, o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) anunciou aumento de 6,78% na conta de luz e fez pronunciamento na TV pedindo para a população poupar energia.

Já nesta quarta (1º) o IBGE anunciou uma variação negativa do **PIB** de 0,1% no trimestre em relação ao anterior.

Tudo isso ocorre enquanto o governo tenta parcelar pagamento de precatórios (dívidas reconhecidas pela Justiça), e o tom autoritário do presidente afasta investimentos.

Os dados econômicos geram uma perspectiva de que a retomada da popularidade de Bolsonaro será mais difícil do que imaginavam políticos.

"[O cenário] é catastrófico e sem perspectiva. É um avião num 'cumulonimbus' com um piloto que não sabe o que fazer", afirmou o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), em referência a um tipo de nuvem associada a tempestades.

Em reserva, um dirigente partidário disse não ver mais

chances de Bolsonaro recuperar a popularidade e ser reeleito em 2022.

Apesar do cenário de pessimismo traçado por ala do centro e do centrão, Ciro Nogueira publicou mensagens no Twitter nas quais asou a comparação com o segundo trimestre de 2020 para argumentar que o resultado "confirma a recuperação da nossa economia".

"O **PIB** brasileiro no segundo trimestre deste ano cresceu 12,4% em relação ao mesmo período do ano passado e confirma a recuperação da nossa economia, que já está no mesmo patamar do final de 2019 e início de 2020", afirmou.

"Ao comparar com o 1º trimestre de 2021 o **PIB** recuou 0,1%. O suficiente para pessimistas dizerem que a economia está ruim, mas prefiro o otimismo de ver que o Brasil já está no nível pré-pandemia, confiante na recuperação iniciada como avanço da vacinação e das reformas em curso", escreveu.

A mensagem de Ciro Nogueira contrastou com a do próprio ministro Paulo Guedes (Economia) e Roberto Campos Neto (Banco Central). Guedes, ao comentar o resultado do **PIB**, afirmou que o período foi o mais trágico da pandemia e que o desempenho econômico "andou de lado".

O desempenho do **PIB** vem do resultado negativo da agropecuária (-2,8%) e da indústria (-0,2%). Por outro lado, os serviços avançaram 0,7% no período.

"Foi o trimestre mais trágico, quando a pandemia abateu mais brasileiros, foi abril, maio e junho deste ano, coma segunda onda. Foi justamente quando entrou de novo o auxílio emergencial, a expansão dos programas de assistência.

Nós mantivemos a responsabilidade fiscal de um lado e o compromisso da saúde dos brasileiros de outro lado", afirmou o ministro.

Já Campos Neto afirmou que a projeção do **PIB** para 2021 provavelmente será revisada para baixo por causa do resultado do último trimestre.

Como mostrou reportagem da Folha nesta quarta, analistas esperam um crescimento abaixo

de 2% para 2022, devolta ao ritmo fraco do final do governo Michel **Temer** (MDB) e início da gestão Bolsonaro.

O resultado negativo na economia se soma à crise hídrica e ao risco de ocorrer um apagão no ano que vem.

A principal aposta do governo, a reformulação do Bolsa Família, está condicionada ao parcelamento do pagamento de precatórios, em negociação com o STF (Supremo Tribunal Federal).

Bolsonaro quer aumentar de R\$ 190 para R\$ 400. Já a equipe econômica trabalha com um valor próximo de R\$ 300, já considerado alto.

Ainda assim, congressistas do PP dizem que, com a alta da **inflação** e das contas de energia, o consumidor está sentindo cada vez mais o resultado da economia.

E que, embora o programa social possa levar alívio a populações mais pobres, parte da classe média que também votou em Bolsonaro seguirá sentindo os efeitos negativos.

O PP ainda não vislumbra um desembarque do governo. Se isso ocorrer, deverá ser no ano que vem, às vésperas da eleição.

Publicamente, integrantes dos partidos da base do governo seguem no discurso de que será possível recuperar a popularidade do presidente.

"A queda do **PIB** foi mínima, sobretudo se considerarmos o impacto que a pandemia causou e causa na atividade econômica", disse o deputado Marcelo Aro (PP-MG).

"A meu sentir, não teremos prejuízos na adaptação dos programas de assistência, tampouco reflexos diretos no controle da **inflação**. Em comparação com os anos imediatamente anteriores, é perceptível inclusive um certo crescimento."

Aras defende análise caso a caso sobre marco temporal



O procurador-geral, Augusto Aras, durante sabatina no Senado Jefferson Rudy - 24.ago.21/Agência Senado

Matheus Teixeira, Bernardo Caram e Ricardo Delia Coletta

O procurador-geral da República, Augusto Aras, defendeu nesta quinta-feira (2) que a fixação de um marco temporal para demarcação de terras indígenas deve ser aplicada caso a caso e que não pode haver uma regra linear para essas disputas sobre áreas reivindicadas por povos tradicionais.

A sustentação oral de Aras foi a última antes do encerramento da sessão do STF (Supremo Tribunal Federal) que discute o tema. A análise do processo será retomada na próxima quarta-feira (8) com os votos do ministros da corte.

Aras destacou a importância da preservação das regiões ocupadas historicamente por indígenas e sugeriu que o Supremo aprove uma tese a ser seguida pelas demais instâncias do Judiciário que preveja que a demarcação "há de ser feita no caso concreto".

Ao rejeitar a ideia de que o marco temporal seja totalmente excluído dos julgamentos judiciais que discutem a posse sobre terras em disputa, o chefe da PGR mandou uma sinalização à bancada ruralista do Congresso e ao presidente Jair Bolsonaro, que tem feito críticas à tese defendida por indígenas.

"Este procurador-geral manifesta concordância com o afastamento do marco temporal quando se verifica de maneira evidente que já houvera apossamento ilícito das terras dos índios", disse.

A manifestação do procurador-geral foi dúbia em relação ao tema, uma vez que a tese do marco temporal já prevê o afastamento dessa regra quando houver o chamado esbulho renitente, que é caracterizado pela usurpação de uma determinada terra.

Em evento no Planalto nesta quinta, Bolsonaro disse que eventual decisão do STF contrária ao marco temporal fará com que um território do tamanho da região Sul seja agregado às reservas indígenas. Segundo ele, o veredito poderá afetar a produção de alimentos e a **inflação**.

"Hoje, a cada cinco pessoas que se alimentam no mundo, um prato vem do Brasil. Se isso for aprovado, com toda certeza, a cada 15 pratos, um só vira do Brasil. Teremos aumento de **inflação**, escassez de alimentos, fazendas sendo simplesmente destruídas por reservas. Olha a responsabilidade do STF, que é importantíssimo para nós", disse.

A decisão a ser tomada pelo STF no caso valerá para todo o país, pois foi aplicada repercussão geral ao caso. Atualmente, há 82 processos parados no Judiciário à espera de uma definição sobre a possibilidade de aplicação ou não da tese do marco temporal.

O debate chegou ao Supremo após o TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) usar a regra de ocupação ou não das terras indígenas em 1988 para impor uma derrota à comunidade xokleng.

À época, a Funai (Fundação Nacional do Índio) recorreu da decisão e foi neste recurso que o STF resolveu fixar a repercussão geral.

O órgão do governo federal foi ao Supremo contra a ordem judicial do TRF-4 que concedeu ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (antiga Fatma, Fundação de Amparo Tecnológico ao Meio Ambiente) o direito à reintegração de posse do local ocupado pelos indígenas.

No caso concreto, Aras se posicionou em favor do recurso da Funai para devolver a terra aos indígenas.

O único voto público dado nesse caso até o momento é do ministro Edson Fachin, que é o relator da matéria

e se manifestou sobre o tema quando o julgamento teve início no plenário virtual.

Ele fez duras críticas à tese do marco temporal e deu um voto em favor dos indígenas. Na próxima semana, ele defenderá novamente sua posição antes de os demais ministros darem seus votos.

O representante da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), Rudy Maia, asou a tribuna e afirmou que o marco temporal é o único "instrumento que traz segurança jurídica, previsibilidade, estabilidade das relações sociais do país".

"O marco temporal é um instrumento claro, é uma interpretação possível no texto constitucional que traz segurança jurídica, que traz balizas e contornos para garantir a implementação das demarcações de terras indígenas ocupadas", disse.

A advogada Lethícia Reis de Guimarães, por sua vez, falou em nome do povo xakriabá e afirmou que a tese do marco temporal é inconstitucional e desrespeita o histórico das populações tradicionais.

Ela falou em nome da comunidade indígena localizada em Minas Gerais: "Se eles não estavam lá em 1988 é porque foram expulsos à baía".

Segundo Lethícia, essa comunidade teve o primeiro reconhecimento àquela terra em 1728 pela coroa portuguesa. Atualmente, porém, apenas um terço da área que ocupavam esta oficialmente demarcada para eles.

"Ou seja, cerca de 70% da área que já tinha sido reconhecida como ocupação tradicional hoje está sem usufruto dos indígenas", disse.

Segundo ela, "caso a Constituição seja reinterpretada" e seja fixado o marco temporal de 1988, "1.200 pessoas de quatro aldeias podem ser retiradas de seus territórios".

A advogada Luana de Figueiredo, porém, foi no sentido oposto. Ela falou em nome do Sindicato Rural de Antônio João (MS) e da Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade e acusou os indígenas de tentar dividir a sociedade.

"Enquanto o indigenato segrega a sociedade brasileira, nega o direito de propriedade, culminando em risco às liberdades dos brasileiros e à estabilidade do Estado democrático de Direito, o marco temporal, ao contrário, acomoda todos nós", afirmou.

Para ela, a definição da Constituição de 1988 como a data em que os indígenas deveriam estar em suas

terras para definir quem tem direito à demarcação garante os direitos dos índios, "pois persiste a garantia das terras, mesmo quando não tradicionalmente habitadas em 1988".

A recuperação em "V" de vulnerável (Artigo)

Nelson Barbosa Professor da FGV e da UnB, ex-ministro da Fazenda e do Planejamento (2015-2016). É doutor em economia pela New School for Social Research

Economia parece retornar ao ritmo de crescimento pré-Covid, de 1,5% ao ano

Há três meses, quando o IBGE divulgou o **PIB** do primeiro trimestre, alguns colegas disseram que a economia brasileira crescerá quase 6% neste ano. Naquela época, escrevi que era difícil saber se a recuperação seria em "V" de vigorosa ou vulnerável, pois havia muitas nuvens no horizonte. O **PIB** do segundo trimestre indicou que nossa recuperação é em "V" de vulnerável.

A economia ficou estagnada no segundo trimestre deste ano, quando consideramos o número com ajuste sazonal, em relação ao trimestre anterior. Já se considerarmos o número em relação ao mesmo trimestre de 2020, houve crescimento de 12,4%, praticamente compensando a parada súbita causada pela Covid em abril, maio e junho de 2020, quando a economia caiu 10,9% na mesma base de comparação.

Como já disse neste espaço, prefiro usar o crescimento ante o mesmo período do ano anterior como referência, pois um choque como a Covid afeta muito o ajuste sazonal das estatísticas. Sempre que um novo número é publicado, a série é ajustada e as observações mais recentes podem mudar bastante.

Focando o sentido econômico do resultado do **PIB**, a boa notícia é que a economia voltou ao patamar pré-Covid. O **PIB** do segundo trimestre de 2021 foi 0,2% superior ao verificado no mesmo período de 2019, antes da pandemia. Não foi um desempenho espetacular como nos EUA e na China, mas também não foi decepcionante como em outros países, sobretudo na Europa.

As novas projeções do FGV Ibre, que tem bom histórico de acerto, indicam que o **PIB** crescerá 4,9% em 2021. Parece bom, mas, traduzindo do economês, esse número significa que a economia vai andar de lado até o fim do ano. Após a recuperação do primeiro trimestre, o **PIB** tende a ficar estável no restante de 2021, mas, quando compararmos a média de 2021 com a média de 2020, haverá crescimento de 4,9%.

A má notícia do resultado do **PIB** é que, após a "parada súbita" da pandemia, nossa economia parece estar retornando ao ritmo de crescimento pré-Covid, de 1,5% ao ano, o que, por sua vez, é insuficiente para reduzir desemprego, diminuir desigualdade e reequilibrar as contas públicas rapidamente.

Se a economia crescer mesmo 1,5% em 2022, voltaremos à semiestagnação do governo **Temer** e primeiro ano de Bolsonaro, o que chamo de governo "Temeraro", pois a política econômica foi a mesma no triênio 2017-19: arrocho no orçamento do povo, expansão no orçamento de poucos e destruição da capacidade de planejamento e atuação do Estado para o desenvolvimento econômico e social.

Teoricamente ainda é possível mudar, pois o choque da Covid mostrou como o governo pode atenuar a crise e promover a recuperação mais rápida da economia. Vários países do mundo aprenderam a lição e estão adotando políticas de reconstrução econômica e social pós-pandemia, com substituição de medidas anticrise por iniciativas estruturais de investimento em infraestrutura, ambiente e inclusão social, a serem pagas com crescimento e aumento gradual e progressivo da tributação.

Por aqui, ainda estamos presos na lógica pré-Covid, de apostar na "contração fiscal expansionista", aquela hipótese possível, mas improvável, de que arrocho fiscal acelera crescimento. Hoje acho que até Bolsonaro já perdeu a fé nos prognósticos de sua equipe econômica, mas, como seu governo relutou em adequar nossas regras fiscais à realidade pós-pandemia, provavelmente teremos uma política fiscal desorganizada em 2022.

Teremos um keynesianismo caótico e fisiológico de reeleição, que tende a gerar mais incerteza do que crescimento.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49657>

Empregos em conta-gotas (Editorial)

Desemprego menor é sempre bem-vindo, mesmo quando os desempregados ainda são 14,4 milhões, grupo equivalente a 14,1% da força de trabalho, de acordo com o balanço do segundo trimestre. Mas seria exagero festejar a melhora. As filas de gente em busca de vagas, ainda muito longas, são pouco menores que no trimestre anterior.

No período de janeiro a março os desocupados, 14,8 milhões de trabalhadores, eram 14,7% da população economicamente ativa. Enquanto a ocupação pouco aumentou, o dinheiro encolheu.

Entre um período e outro o rendimento médio habitual do brasileiro ocupado ficou 3% menor, passando de R\$ 2.594 para R\$ 2.515.

Na contramão da maior parte do mundo, o Brasil apresentou, entre abril e junho, condições de emprego piores que as de um ano antes, quando o País sofreu o primeiro grande impacto da pandemia. No segundo trimestre de 2020 os desempregados eram 13,3% da força de trabalho.

Os ocupados ganharam em média R\$ 2.693 por mês. Em quase todo o mundo emergente e desenvolvido, houve melhora nas condições de trabalho e de rendimento, depois do grande choque, mas o ganho dos brasileiros diminuiu 6,6% entre os dois períodos.

O desemprego no Brasil tem sido mais que o dobro da média registrada em 37 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Essa média estava em 6,6% em junho. Na zona do euro estava em 7,7%, pouco acima da metade da taxa brasileira.

Nos Estados Unidos estava em 5,9%. No mês seguinte chegaria a 5,4%. Mas a desvantagem dos trabalhadores brasileiros fica mais visível, e mais escandalosa, quando se levam em conta alguns detalhes adicionais, como os problemas de nutrição de cerca de 19 milhões e a **inflação** acima de 9% em 12 meses. Além de escasso, o rendimento familiar dos brasileiros ainda é sensivelmente corroído mês a mês pela alta de preços.

Mas o quadro geral fica mais inquietante quando outros detalhes são observados. Um dado positivo à primeira vista foi a redução dos desalentados. O número diminuiu 6,5% entre o primeiro e o segundo trimestres e chegou a 5,6 milhões, 5,2% da força de

trabalho. Mais pessoas, portanto, julgaram valer a pena ir em busca de uma ocupação.

Pode ser um sinal de otimismo.

Pode ser também uma indicação mais forte da urgência de buscar algum dinheiro.

Essa premência pode ser, também, a explicação do aumento dos trabalhadores por conta própria. Com expansão de 4,2% entre o primeiro trimestre e o segundo, chegou-se a 24,8 milhões de pessoas, um recorde na série histórica. Tantos brasileiros estarão descobrindo uma vocação para o empreendedorismo?

Em um ano esse contingente aumentou 14,7%. Mas 62,7% desses empreendedores assumiram a nova atividade informalmente, isto é, sem CNPJ. Estariam atendendo a uma vocação recém-descoberta ou apenas buscando uma alternativa a uma inacessível ocupação assalariada?

Outro recorde na série histórica foi o número de subocupados por insuficiência de horas de trabalho. Esse contingente, formado por 7,5 milhões de trabalhadores, foi 7,3% maior que o do primeiro trimestre e 34,4% mais numeroso que o de um ano antes.

Somados os desempregados, desalentados, subocupados e outros simplesmente desperdiçados, apesar de seu potencial produtivo, chega-se a um total de 32,2 milhões de subutilizados, número 3% inferior ao do primeiro trimestre, mas ainda muito grande.

Houve aumento de ocupação em agropecuária, pesca e aquicultura, construção e em vários serviços. Na indústria e no comércio a criação de empregos tem sido lenta e insuficiente para alterar o quadro geral e - muito importante - para promover a melhora das condições salariais.

A retomada econômica tem sido insuficiente para favorecer o emprego e o aumento da remuneração dos trabalhadores.

O desemprego elevado e os ganhos muito baixos limitam o consumo, dificultando o avanço da produção industrial. Há uma circularidade nociva, reforçada pela insegurança criada pelo governo. Mas o ministro da Economia insiste em falar do Brasil como um país invejável por seu dinamismo.

Na contramão do mundo, o Brasil segue com alto desemprego e consumo em lenta recuperação

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação altera o cardápio das famílias



Alternativa. Para evitar gastos com carne bovina, a aposentada Maristela Colleoni adotou empanados, escolha que ela define como 'substituição forçada'

Márcia De Chiara

Pressionado pela combinação de **inflação**, desemprego em alta e menor abrangência e disponibilidade de recursos do auxílio emergencial, o brasileiro reduziu as quantidades compradas de alimentos, bebidas e produtos de higiene e limpeza no primeiro semestre deste ano. Houve diminuição de volumes em praticamente todas as cestas.

A prioridade do consumo diário ficou concentrada nos alimentos básicos: o arroz e o feijão.

O orçamento mais curto das famílias também mudou o consumo de itens até então não considerados tão básicos, como empanados de frango e de peixe, por exemplo. No primeiro semestre, o produto estreou em 3,4 milhões de domicílios como uma alternativa de proteína animal mais barata à carne vermelha, que subiu 31,31% em 12 meses até agosto, segundo o IPCA- 15 do mês - indicador que é uma prévia da **inflação** oficial do País, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

É o equivalente a três vezes a **inflação** geral no mesmo período (9,30%) pelo indicador da prévia da **inflação**.

Esse rearranjo nas compras aparece em uma pesquisa da consultoria global Kantar, obtida com exclusividade pelo Estadão.

Mensalmente, a consultoria tira uma fotografia da despensa de 11 mil domicílios para projetar o consumo de 58,8 milhões de lares do País.

De janeiro a junho, o volume de unidades compradas de uma cesta de 107 categorias foi 4,4% menor em relação a igual período de 2020. Mas o gasto subiu 6,9%, puxado pelo aumento médio de 11,8% dos preços desses produtos. No curto prazo, do primeiro

para o segundo trimestre, as commodities, com alta de 16%, e os perecíveis, com 15%, estiveram no topo das cestas com os maiores aumentos de preços, aponta a pesquisa. Isso abriu caminho para que os empanados, sinônimo de praticidade, começassem a fazer parte regularmente da lista de compras de todas as classes sociais.

Mudança a contragosto. Responsável pelo preparo das refeições da família, a aposentada Maristela Colleoni Soares, de 54 anos, passou a incluir na rotina o produto empanado para economizar na carne. Antes, esses alimentos industrializados eram consumidos esporadicamente.

"Sou supercontra empanados e qualquer alimento processado, só que, com a alta do preço da carne, ficou inviável.

Daí, comecei a comprar", diz.

A cada refeição que prepara para a família de cinco pessoas - ela, o marido, o casal de gêmeos e a mãe -, Maristela gasta um pouco mais de 1 quilo de carne, cerca de R\$ 50 a R\$ 60. Pelos empanados, desembolsa perto de R\$ 40 por um saco de dois quilos e usa em várias refeições.

"Foi uma substituição forçada por conta do aumento do gasto com alimentação, eletricidade, gás, tudo subiu", afirma a aposentada. Entre a carne e outros itens, como iogurte, por exemplo, Maristela cortou em cerca de 10% as quantidades compradas de alimentos, produtos de higiene e limpeza e, mesmo assim, está gastando 40% mais. Sem os cortes, acredita que teria um acréscimo de 70% nos gastos.

"O consumidor teve de fazer escolhas e abandonou uma série de categorias para fazer o orçamento funcionar com menos recursos no bolso", afirma Renan Morais, gerente de Soluções da Kantar. No caso dos mais pobres, a maioria dos brasileiros, ele lembra que o auxílio emergencial, que beneficiou no ano passado 55% da população com recursos de R\$ 600 nos primeiros três meses, chegou a 39% dos brasileiros no primeiro semestre deste ano. E com cifras bem modestas, entre R\$ 150 e R\$ 250 mensais.

Isso fez a população da base da pirâmide social cortar o consumo de supérfluos. A pesquisa revela que quase um milhão de domicílios das classes D e E, com receita mensal entre R\$ 270 e R\$ 1,6 mil, tirou o achocolatado em pó das compras no primeiro

semestre deste ano.

No polo oposto, também quase meio milhão de lares das classes A e B, com renda média mensal familiar acima de R\$ 7,2 mil, deixou de comprar cerveja em igual período.

Fora da lista

1,5 milhão de domicílios da classe C interrompeu a compra do cereal tradicional (categoria que reúne amido de milho a aveia, por exemplo, e é usada sobretudo para engrossar o mingau das crianças).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ENTRA E SAI DO CARRINHO

● Com o orçamento apertado brasileiros fazem escolhas na hora de abastecer a despensa

Domicílios, de todas as classes sociais

EM MILHÕES

Começaram a consumir produtos no primeiro semestre deste ano

Batata congelada	3,998
Empanados	3,410
Deo colônia	3,175
Requeijão	1,881
Linguças	1,705

Deixaram de consumir produtos no primeiro semestre deste ano

Extrato de tomate	3,528
Cereal tradicional	2,998
Sobremesa em pó	2,822
Tintura para cabelos	2,587
Farinha de trigo	2,410

FONTE: KANTAR

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Produção industrial tem queda de 1,3% em julho, diz IBGE

Daniela Amorim, THAÍS BARCELLOS

A indústria brasileira começou o terceiro trimestre no vermelho.

A produção do setor recuou 1,3% em julho, na comparação com o mês anterior, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dos sete primeiros meses de 2021, a indústria cresceu em apenas dois deles: janeiro e maio.

Na passagem de junho para julho, houve redução na produção de 19 dos 26 ramos industriais pesquisados, com destaque para as perdas no setor de bebidas, alimentos e veículos.

"Tem todo um desarranjo das cadeias produtivas. Escassez de insumos, encarecimento do processo produtivo", disse André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do IBGE.

Ao mesmo tempo, ele lembra que a demanda doméstica continua estagnada por conta do alto nível de desemprego, pela precarização de postos de trabalho, pela diminuição de salários e pela corrosão da renda das famílias pela inflação.

"A questão do desarranjo das cadeias produtivas, do desabastecimento de matériaprima, é mais evidente no setor de veículos, o que tem afetado muito o resultado de bens de consumo duráveis. Os segmentos mais associados à demanda doméstica, ao nosso consumo do dia a dia, têm mostrado também comportamento negativo, como é o caso dos alimentos e de bebidas", explicou Macedo.

A redução do valor e do alcance do auxílio emergencial pago pelo governo também afeta o consumo de itens essenciais, afirmou o gerente do IBGE.

"Além disso, a recente reabertura da economia, impulsionada pelo progresso da vacinação, começa a redirecionar o comportamento da demanda, aumentando o consumo de serviços em detrimento do de bens", escreveu Andressa Guerrero, analista da Tendências Consultoria Integrada.

Com o mau desempenho da indústria em julho, a

produção ficou 2,1% abaixo do patamar de fevereiro de 2020, no pré-pandemia.

Em janeiro deste ano, quando o setor ainda crescia, o volume de produção estava 3,5% acima do pré-covid.

Cenário. A perda de ritmo no parque fabril deve continuar pelo terceiro e pelo quarto trimestres, prevê a economista Luana Miranda, da gestora de recursos Gap Asset. "O problema da indústria é grave porque junta redução da demanda e dificuldade de recompor estoques por falta de matéria-prima.

Quando houver normalização do fornecimento de insumos, a indústria tem espaço para crescer, por causa dos estoques que estão muito baixos, mas não deve acontecer este ano", opinou Luana.

Para André Macedo, do IBGE, ainda não é possível mensurar o impacto da crise hídrica e dos aumentos da energia elétrica na indústria. "O custo da eletricidade traz algum grau de incerteza e impactos negativos na produção", avaliou Macedo.

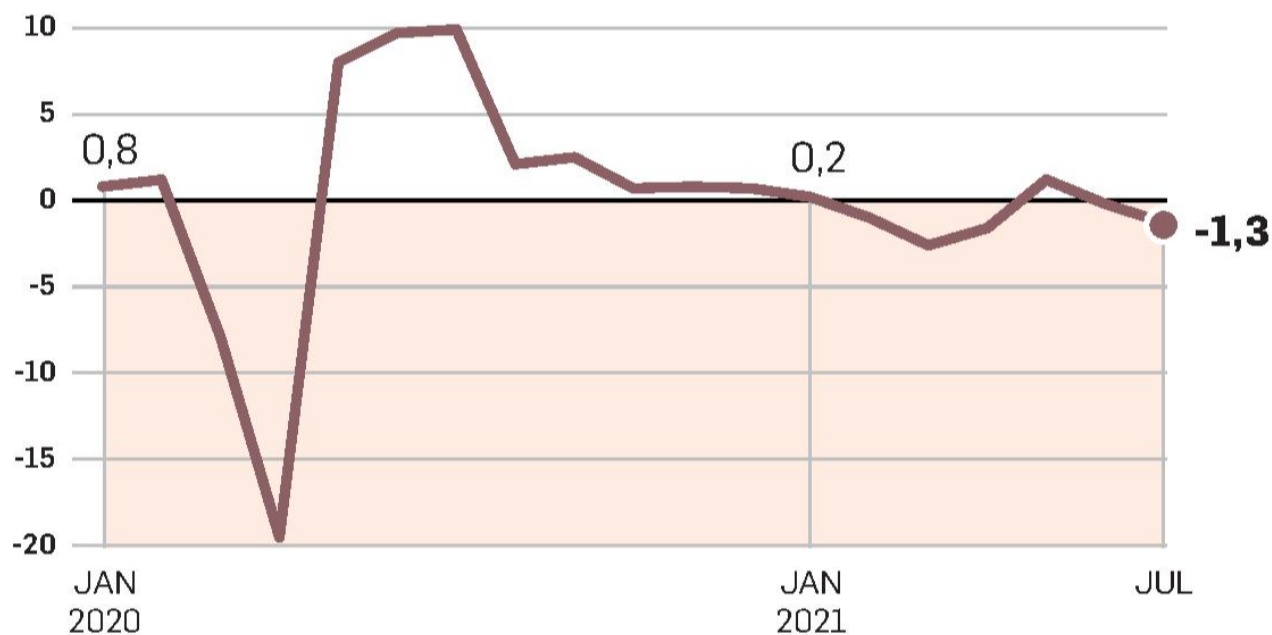
"Não descarto algum grau de impacto negativo nessa questão, entra no encarecimento de custos de produção."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

RECUPERAÇÃO DIFÍCIL

● Produção industrial registra em julho segunda queda seguida

EM PORCENTAGEM



FONTE: IBGE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Bolsonaro perdeu a colher de chá do PIB - VERA MAGALHAES

VERA MAGALHAES

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Instabilidade afasta grupo liberal de Bolsonaro

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ibovespa encerra com queda superior a 2%

**Victor Rezende, Gabriel Roca e Marcelo Osakabe De
São Paulo**

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186997?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186997?page=1§ion=1